



CUBA VS BLOQUEO

RELATÓRIO DE CUBA

Sobre a resolução 71/5 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, intitulada “Necessidade de pôr término ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”

Junho de 2017

Conteúdo

INTRODUÇÃO	¡Error! Marcador no definido.
I. CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE BLOQUEIO	3
1.1. Vigência das Leis do bloqueio.....	3
1.2. Medidas executivas do governo do presidente Barack Obama (2014-2016) e as suas limitações.....	6
1.3. Novas medidas de recrudescimento do bloqueio do atual Governo dos Estados Unidos.....	8
1.4. Principais medidas de bloqueio aplicadas a partir de Maio de 2016.	10
II. O BLOQUEIO VIOLA OS DIREITOS DO POVO CUBANO: AFECTAÇÕES AOS SECTORES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL....	13
2.1. Direito à saúde e à alimentação.....	13
2.2. Direito à educação, ao desporto e à cultura.	17
2.3. Direito ao Desenvolvimento.	25
III. AFECTAÇÕES AO SECTOR EXTERNO DA ECONOMIA CUBANA.	33
3.1. Comércio Externo e Investimentos Estrangeiros.....	33
3.2. Finanças.	37
IV. O BLOQUEIO VIOLA O DIREITO INTERNACIONAL. APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL	43
4.2. Afectação à cooperação internacional.....	45
4.3. Outras Afectações Extraterritoriais.....	46
V. REJEIÇÃO UNIVERSAL AO BLOQUEIO.....	49
5.2. Oposição da comunidade internacional.....	57
CONCLUSÕES	¡Error! Marcador no definido.

INTRODUÇÃO

O bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo Governo dos Estados Unidos da América contra Cuba por quase 60 anos, persiste e continua provocando danos ao povo cubano e obstaculizando o desenvolvimento económico do país. O presente relatório tem o propósito de mostrar de forma sintética as afectações da aplicação desta política entre Abril de 2016 e Junho de 2017.

No dia 16 de Junho de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou o “Memorando Presidencial de Segurança Nacional sobre o Fortalecimento da Política dos Estados Unidos para com Cuba”. Esta directiva estabelece uma nova política, que proclama, entre os seus principais objectivos, recrudescer o bloqueio contra a Ilha.

Para conseguir este propósito, o presidente Trump anunciou novas medidas coercitivas contra Cuba e dispôs a revocação de outras adoptadas pelo seu antecessor, que modificaram a aplicação de alguns aspectos do bloqueio no âmbito das viagens e do comércio. Igualmente, proclamou que os Estados Unidos se oporão aos reclamos a favor do levantamento do bloqueio na Organização das Nações Unidas e em outros foros internacionais, em franco desafio da esmagadora posição da comunidade internacional, do sentir da maioria da opinião pública e de amplos sectores da sociedade estadunidense. Além disso, derogou a Directiva Presidencial de Política “Normalização das Relações entre os Estados Unidos e Cuba”, emitida pelo presidente Barack Obama no dia 14 de Outubro de 2016, que reconheceu que o bloqueio era uma política obsoleta e devia ser eliminado.

O bloqueio contra Cuba continua vigente e se aplica com todo o rigor.

No período que abrange o presente relatório manteve-se o recrudescimento da política de bloqueio nas suas dimensões financeira e extraterritorial, condição que vinha agudizando-se desde a administração de Obama, o que se manifestou na imposição de multas a companhias estrangeiras que têm relações comerciais com Cuba, na rejeição ou negativa de bancos e instituições financeiras internacionais a realizar operações com a Ilha por temor de serem multados, assim como na perseguição das transacções financeiras internacionais cubanas.

Apesar do anúncio realizado pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos a 15 de Março de 2016, de permitir a Cuba utilizar o dólar estadunidense nas suas transacções internacionais e de que bancos estadunidenses oferecessem créditos aos importadores cubanos para adquirir produtos estadunidenses autorizados, até ao presente Cuba não conseguiu realizar nenhuma operação internacional de envergadura nessa moeda. O incremento da retórica agressiva contra o nosso país e as medidas anunciadas no dia 16 de Junho de 2017 geram maior desconfiança e incerteza nas instituições financeiras e nos próprios fornecedores estadunidenses devido ao temor e ao risco real de serem penalizados por relacionar-se com Cuba.

O presente relatório evidência como o bloqueio económico, comercial e financeiro imposto contra Cuba, constitui o maior obstáculo para a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social do país e para o desenvolvimento, em general, de todas as potencialidades da economia e o bem-estar do povo cubano, assim como para as relações económicas, comerciais e financeiras de Cuba com os Estados Unidos e o resto do mundo. O documento compila diversos exemplos que demonstram as afectações económicas e sociais causadas pela sua aplicação durante o período anunciado.

No relatório se explica o alcance limitado das medidas adoptadas pela administração de Barack Obama nos dois últimos anos do seu mandato.

Os prejuízos acumulados pelo bloqueio durante quase seis décadas de aplicação alcançam a cifra de **822 mil 280 milhões de dólares**, levando em conta a depreciação do dólar frente ao valor do ouro no mercado internacional. A preços correntes, o bloqueio provocou prejuízos quantificáveis por mais de **130 mil 178,6 milhões de dólares**.

No período em que se enquadra este relatório, o bloqueio originou perdas a Cuba na ordem dos **4 mil 305,4 milhões de dólares**. Para colocar em perspectivas esta cifra, segundo estimativas realizadas pelo Ministério de Economia e Planificação de Cuba, o país precisa entre 2 mil e 2 mil e quinhentos milhões de dólares de investimento estrangeiro directo anual para alcançar o seu desenvolvimento económico. Noutras palavras, o custo do bloqueio anual representa para Cuba ao redor do duplo do necessário para o desenvolvimento total da sua economia.

O bloqueio continua a ser uma violação total, flagrante e sistemática dos direitos humanos de todas as cubanas e cubanos e qualifica como acto de genocídio na base da Convenção para a Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio de 1948. É um entrave para a cooperação internacional.

Urge que os Estados Unidos cumpram com as 25 resoluções adoptadas pela comunidade internacional na Assembleia-Geral das Nações Unidas, cujos Estados Membros solicitam pôr término a essa absurda política, e levante unilateral e incondicionalmente o bloqueio.

O bloqueio contra Cuba deve cessar de uma vez e por todas.

I. CONTINUIDADE DA POLITICA DE BLOQUEIO

1.1. Vigência das Leis do bloqueio.

Para além das medidas adoptadas pelo Governo do presidente Barack Obama nos anos 2015 e 2016, para modificar a aplicação de alguns aspectos do bloqueio, as leis e regulações que sustentam esta política continuam vigentes e são aplicadas pelas agências do Governo dos Estados Unidos, especialmente pelos Departamentos de Tesouro e do Comércio e, em particular, o Escritório de Controlo dos Activos Estrangeiros (OFAC, pelas suas siglas em inglês).

Assim o demonstram as legislações e regulações vigentes que se relacionam a seguir:

- *Lei de Comércio com o Inimigo de 1917* (TWEA, pelas suas siglas em inglês): A sua secção 5 (b) delegou no máximo chefe do Executivo a possibilidade de aplicar sanções económicas em tempo de guerra ou em qualquer outro período de emergência nacional e proibiu o comércio com o inimigo ou aliados do inimigo durante conflitos bélicos. Em 1977, a Lei de Poderes Económicos de Emergência Internacional restringiu as faculdades do Presidente para impor novas sanções aludindo situações de emergência nacional. Contudo, a TWEA continuou a ser aplicada para Cuba, mesmo quando a Casa Branca nunca declarou uma emergência nacional com relação à Ilha. Desde então, os sucessivos presidentes estadunidenses prorrogaram a aplicação da TWEA para Cuba. Ao abrigo da legislação, a mais

antiga do seu tipo, foram adoptadas as Regulações para o Controlo de Activos Cubanos (CACR, pelas suas siglas em inglês) em 1963, em virtude das quais é proibido para os nacionais estadunidenses ou pessoas sujeitas à jurisdição dos Estados Unidos realizar transacções financeiras com Cuba; foram congelados os activos cubanos e proibida a importação de bens de origem cubana aos Estados Unidos, entre outras restrições. Cuba é o único país para o qual está vigente esta legislação. O presidente Obama renovou por outro ano mais as sanções contra Cuba em virtude da TWEA, no dia 13 de Setembro de 2016.

- *Lei de Assistência Externa (1961)*: Autorizou o Presidente dos Estados Unidos a estabelecer e manter um “embargo” total ao comércio com Cuba e proibiu a outorga de qualquer ajuda ao Governo cubano. Estabelece também que os fundos do Governo dos Estados Unidos destinados à ajuda internacional e entregados aos organismos internacionais, não poderão ser utilizados para programas relacionados com Cuba; proíbe conceder qualquer assistência prevista sob essa lei ou qualquer outro benefício previsto em outra lei a Cuba, até que o Presidente determine que Cuba tem feito acções encaminhadas a retornar a cidadãos e empresas estadunidenses, não menos de 50% do valor ou uma justa compensação, das propriedades nacionalizadas pelo Governo cubano com posterioridade ao triunfo da Revolução.
- *Proclama Presidencial 3447*: Emitida no dia 3 de Fevereiro de 1962 pelo presidente John F. Kennedy, decretou o “embargo” total do comércio entre os Estados Unidos e Cuba, em cumprimento da secção 620 (a) da Lei de Assistência Externa.
- *Regulações para o Controlo de Activos Cubanos do Departamento do Tesouro (1963)*: Estipularam o congelamento de todos os activos cubanos nos Estados Unidos; a proibição de todas as transacções financeiras e comerciais, a não ser que fossem aprovadas por uma licença; a proibição de exportações cubanas aos Estados Unidos; a proibição a qualquer pessoa natural ou jurídica dos Estados Unidos ou terceiros países, de realizar transacções em dólares estadunidenses com Cuba; entre outros.

- *Lei para a Administração das Exportações (1979): a Secção 2401 (b) (1) “Controlo da Segurança Nacional”, “Política para determinados Estados”,* estabelece a Lista de Controlo do Comércio, na qual o Presidente dos Estados Unidos mantém um número de países aos quais lhes poderão estabelecer controlos de exportação especiais por considerações de segurança nacional. Cuba está incluída nessa lista.
- *Regulações para a Administração das Exportações (EAR pelas suas siglas em inglês, 1979):* Estabelecem as bases dos controlos gerais para artigos e actividades sujeitas ao controlo das EAR, em consonância com as sanções impostas pelo Governo dos Estados Unidos. Estabelecem uma política geral de denegação para as exportações e reexportações a Cuba.
- *Lei para a Democracia Cubana ou Lei Torricelli (1992):* Proíbe às subsidiárias de companhias estadunidenses em terceiros países, comerciar bens com Cuba ou nacionais cubanos. Proíbe aos navios de terceiros países que toquem porto cubano, entrar a território estadunidense em um prazo de 180 dias, salvo aqueles que tenham licença do Secretário do Tesouro.
- *Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubanas ou Lei Helms-Burton (1996):* Codificou as disposições do bloqueio, alargando o seu alcance extraterritorial, mediante a imposição de sanções a directivos de empresas estrangeiras que realizem transacções com propriedades estadunidenses nacionalizadas em Cuba e a ameaça de demandas em tribunais dos Estados Unidos (isto último não foi ainda aplicado). Igualmente, limitou as prerrogativas do Presidente para suspender o bloqueio, embora estabelecesse que este conserva a suas faculdades para autorizar transacções com Cuba mediante a emissão de licenças.
- *Secção 211 da Lei de Verbas Suplementares e de Emergência para o ano fiscal 1999:* Proíbe o reconhecimento pelos tribunais estadunidenses dos direitos de empresas cubanas sobre marcas associadas a propriedades nacionalizadas.

- *Lei de Reforma às Sanções Comerciais e Ampliação das Exportações (2000)*: Autorizou a exportação de produtos agrícolas a Cuba, condicionada ao pagamento em dinheiro, por adiantado e sem financiamento dos Estados Unidos. Proibiu as viagens de estadunidenses com fins turísticos a Cuba, ao definir a “actividade turística” como qualquer actividade relacionada com viajar para, desde ou dentro Cuba que não estivesse expressamente autorizada na secção 515.560 do Título 31 do Código de Regulações Federais. Isto é, limitou as viagens às 12 categorias autorizadas no momento em que foi promulgada esta legislação.

1.2. Medidas executivas do Governo do presidente Barack Obama (2014-2016) e as suas limitações.

Durante 2015 e 2016, o Governo do presidente Obama colocou em vigor várias medidas encaminhadas a modificar a aplicação de alguns elementos do bloqueio. Se bem constituíram passos positivos, foram insuficientes, visto que permaneceram importantes obstáculos para a sua implementação e mantiveram-se em vigor aspectos chaves do bloqueio, bem como numerosas restrições derivadas desta política.

Na esfera das viagens foram autorizadas as visitas de estadunidenses a Cuba mediante licença geral nas 12 categorias permitidas pela lei; foi acordado o restabelecimento dos voos regulares entre Cuba e os Estados Unidos; permitiu-se a transportação marítima de passageiros que qualificam sob as 12 categorias e foram autorizadas as viagens educacionais povo a povo a título individual, agora eliminados pelo Governo de Donald Trump. Não obstante, persiste a proibição aos cidadãos estadunidenses de viajarem livremente a Cuba.

No sector das telecomunicações foram autorizadas as exportações de produtos e serviços a Cuba, o financiamento para a criação de infraestrutura, a possibilidade de estabelecer empresas mistas com entidades cubanas, a importação aos Estados Unidos de software de origem cubana e os pagamentos directos a um operador de telecomunicações localizado em Cuba. Não obstante, estas medidas não foram estendidas a outros sectores da economia cubana, que continuam submetidos às ferrenhas restrições do bloqueio.

Relativamente ao comércio, a lista de produtos estadunidenses que podem ser exportados a Cuba sem necessidade de solicitar a autorização do Departamento de Comércio dos Estados Unidos se limita unicamente a produtos e serviços de telecomunicações, materiais da construção e equipamento e ferramentas para o uso do sector não estadual da economia, incluída a actividade agrícola. É proibida a venda a Cuba de outros produtos e serviços estadunidenses, a menos que sejam autorizados pelo Departamento de Comércio mediante a aprovação de licenças específicas, as quais caducam em um prazo determinado.

A autorização para importar bens e serviços cubanos se limita aos produzidos pelo sector não estadual e exclui itens chaves para a economia cubana, como o tabaco. Ao não abranger o sector estadual da economia, com excepção de produtos farmacêuticos e da biotecnologia, foram omitidos desta lista bens e serviços cubanos de reconhecido prestígio internacional como o rum, o níquel e os serviços médicos e educacionais. Junto disso, as taxas que seriam aplicáveis aos produtos cubanos, em caso de que os mesmos pudessem entrar a território dos Estados Unidos, seriam as mais elevadas da Lista Alfandegária Harmonizada da Comissão de Comércio Internacional desse país, devido a que Cuba está situada no nível mais restritivo de gravames à importação e carece do tratamento de nação mais favorecida, como resultado do bloqueio.

As modificações às regulações do transporte marítimo, que permitem a entrada a portos estadunidenses antes de 180 dias aos navios que participem em “comércio humanitário” com Cuba ou que transportem bens que estejam na Lista de Controlo de Comércio do Departamento de Comércio, são inoperantes. Resulta pouco provável que os navios que trasladem cargas comerciais para Cuba se limitem a transportar apenas produtos autorizados pelos Estados Unidos. A prática internacional indica que os contratos com as empresas de transportação naval não se reduzem à transportação de um só tipo de produto.

Se bem na esfera financeira foi autorizado o uso do dólar nas transacções internacionais de Cuba e que os bancos estadunidenses forneçam créditos aos importadores cubanos de produtos estadunidenses permitidos, na prática não foi possível realizar operações de importância nessa moeda, visto que persiste o temor das instituições

financeiras e dos próprios fornecedores estadunidenses de relacionar-se com Cuba, devido ao risco que representa um país submetido a um regime de sanções.

Outra importante limitação é a proibição a instituições financeiras cubanas de abrir contas correspondentes em bancos dos Estados Unidos, restrição que impede o estabelecimento de relações bancárias directas entre ambos os países e encarece as poucas operações comerciais que existem com esse país, perante a necessidade de recorrer e pagar comissões a intermediários. Os efeitos negativos do fortalecimento da perseguição financeira contra as transacções cubanas e o seu marcado carácter extraterritorial, durante os últimos onze anos, seguem manifestando-se na continuada rejeição de bancos estadunidenses e de outros países a realizar transferências relacionadas com Cuba, inclusive em moedas diferentes ao dólar estadunidense.

1.3. Novas medidas de recrudescimento do bloqueio do actual Governo dos Estados Unidos.

Em 16 de Junho de 2016, como parte da sua nova política para com Cuba, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou novas medidas de recrudescimento do bloqueio contra o nosso país.

As medidas, descritas na directiva assinada por Trump nesse mesmo dia com o título de “Memorando Presidencial de Segurança Nacional sobre o Fortalecimento da Política dos Estados Unidos para com Cuba”, são:

1. Proibição das transacções económicas, comerciais e financeiras de companhias e entidades estadunidenses com empresas e entidades cubanas vinculadas às Forças Armadas e ao Ministério do Interior.
2. Eliminação das viagens individuais sob a categoria de intercâmbios povo a povo.
3. Aplicação estrita, mediante uma vigilância reforçada, da proibição de viajar a Cuba fora do marco das 12 categorias autorizadas pela lei dos Estados Unidos, que excluem as viagens de turismo.

4. Oposição dos Estados Unidos às acções que promovam o levantamento do bloqueio nas Nações Unidas e noutros foros internacionais.
5. Ampliação da lista de funcionários do Governo e de cidadãos cubanos que não poderão receber vistos, remessas ou envolver-se em transacções com entidades estadunidenses.
6. Derrogação da Directiva Presidencial de Política “Normalização das relações entre os Estados Unidos e Cuba”, emitida pelo presidente Obama a 14 de Outubro de 2016.

Estas novas disposições executivas revertem medidas adoptadas pelo Governo de Obama, o qual, pela primeira vez desde a promulgação do bloqueio contra Cuba, reconheceu que essa política era falida, obsoleta e devia colocar-se-lhe fim, e instou o Congresso estadunidense a eliminá-la.

O fortalecimento do regime de sanções dos Estados Unidos contra Cuba é um retrocesso nas relações bilaterais, que coloca entraves adicionais aos bem limitados e escassos vínculos económicos e comerciais entre os dois países. As medidas aprovadas pelo presidente Trump, não só provocarão uma diminuição das viagens dos cidadãos estadunidenses a Cuba, mas também imporão novas proibições e afectarão os interesses do sector empresarial estadunidense.

A organização “Engage Cuba”, junto de um amplo grupo de instituições e personalidades dos Estados Unidos que advogam pela eliminação do bloqueio a Cuba, emitiu um relatório em Junho de 2017 que reflecte que as medidas impostas pelo Governo de Trump impedem que, a curto e médio prazo sejam criados nesse país 12295 postos de trabalho e deixariam de receber-se mais de 6600 milhões de dólares.

O recrudescimento do bloqueio contra Cuba desconhece o reclamo de membros do Congresso –incluídos Republicanos–, o sector empresarial, organizações diversas, a imprensa e a opinião pública estadunidense, que apoiam uma relação que beneficie ambos os povos e Governos nas mais diversas esferas da vida económica e social.

1.4. Principais medidas de bloqueio aplicadas a partir de Maio de 2016.

O bloqueio contra Cuba tem permanecido em vigor, como o demonstram os seguintes exemplos de afectações ocasionadas por essa política a entidades cubanas e a terceiros:

- **No dia 7 de Junho de 2016** soubesse que o Banco Santander cancelou os serviços de Terminais de Pontos de Venda ao Consulado Geral de Cuba em Sevilha, apesar de ter sido assinado previamente um contrato de serviços entre ambas as entidades.
- **No dia 20 de Junho de 2016**, a companhia holandesa de serviços de correios e pacotes, TNT B.V., devolveu ao Consulado Geral de Cuba em Madrid dois envios postais com destino às embaixadas de Cuba em China e Indonésia, que continham passaportes de cubanos residentes no exterior. A companhia alegou que a devolução se devia a ordens corporativas relacionadas com o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba.
- **Em 1ro de Agosto de 2016**, a companhia holandesa TNT cancelou os serviços de correio postal ao Consulado de Cuba em Rotterdam, Holanda.
- **No dia 10 de Agosto de 2016**, a sucursal da companhia estadunidense Amazon.com no Reino Unido se negou a processar ordens destinadas à Embaixada de Cuba em Londres, por constituir uma violação às regulações económicas que devia cumprir.
- **Em 7 de Setembro de 2016**, soube-se que em Agosto de 2015 a OFAC comunicou oficialmente a imposição de uma multa por 100 mil dólares ao cidadão estadunidense Albert A. Fox Jr., presidente da Aliança para uma Política Responsável para com Cuba, por violar as regulações do bloqueio em duas viagens realizadas a Cuba em Agosto de 2010 e Setembro de 2011. O caso se encontra pendente de julgamento.

- **No dia 13 de Setembro de 2016**, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, estendeu mais 1 ano a aplicação das sanções económicas a Cuba sob o marco legal estabelecido na Lei de Comércio com o Inimigo.
- **Em 12 de Outubro de 2016** ocorreram duas negativas de transferências procedentes de contas pertencentes às Embaixadas cubanas na Turquia e na Alemanha, respectivamente. No primeiro caso, o Banco de Negócios da Turquia (Türkiye İş Bankasi S.A) se negou a processar uma transferência de 60 mil euros destinada a ajudar na recuperação das zonas afectadas pelo furacão Matthew. No segundo caso, o banco alemão Commerzbank (intermediário), negou-se a enviar dois modelos de cobertura bancária de uma transferência em euros para a conta da Embaixada de Cuba em Botsuana no Stanbik Bank, utilizando como argumento que Cuba é um dos países submetidos a sanções financeiras dos Estados Unidos.
- **No dia 14 de Novembro de 2016**, a companhia petroléira multinacional National Oilwell Varco (NOV), com sede em Texas, e suas subsidiárias Dresco Energy Services e NOV Elmar acordaram com a OFAC o pagamento de uma multa de 5 milhões 976 mil 028 dólares por supostas violações das sanções contra Cuba, Irão e Sudão. Segundo o texto da sanção, entre 2007 e 2009 a subsidiária Dresco Energy Services realizou 45 transacções relacionadas com a venda de produtos a Cuba por um valor de um milhão 707 mil 964 dólares, ao passo que entre 2007 e 2008, a subsidiária NOV Elmar se envolveu em 2 transacções relacionadas com a venda de bens e serviços a Cuba por um montante de 103 mil 119 dólares.
- **Em 23 de Dezembro de 2016**, o banco malaio Maybank (Malayan Banking Berhad) negou-se a realizar uma transferência da Embaixada cubana naquele país dirigida ao advogado que se encarrega do imóvel da Missão (e que reside em Filipinas), por Cuba estar submetida a um regime de sanções dos Estados Unidos.
- **Em 12 de Janeiro de 2017** a OFAC impôs uma multa à Fundação Alliance for a Responsible Cuba Policy e a um indivíduo, por um valor de 10 mil dólares, por realizar transacções e prestar serviços não autorizados a 20 pessoas, relacionados com duas viagens a Cuba em 2010 e 2011.

- **No dia 13 de Janeiro de 2017** a OFAC impôs uma multa ao banco canadiano Toronto-Dominion Bank e às suas sucursais Internaxx Bank S.A. e TD Waterhouse Investment Services (Europe) Limited, por um valor de 516 mil 105 dólares. Alegou-se que a instituição bancária processou, entre os anos 2007 e 2011, 29 transacções relacionadas com Cuba que transitaram pelo sistema bancário estadunidense.
- **Em 2 de Março de 2017** a sucursal em Bélgica do banco francês BNP-Paribas negou-se a realizar uma transferência em euros da Embaixada de Cuba em Espanha para a companhia European Forax Services S.L., alegando “restrições internacionais para a aceitação de operações a nome de Cuba”. A transferência correspondia ao pagamento do consumo de combustível da missão cubana.
- **No dia 9 de Março de 2017** o banco holandês Rabobank negou-se a aceitar uma transferência da Embaixada de Cuba em Espanha (através do banco espanhol Sabadell) à companhia holandesa Bax Music Goes, alegando “possíveis restrições da OFAC, porque pode ter um elemento estadunidense neste pagamento”. A transferência tinha um montante de 311 euros e estava destinada à compra de úteis para o teatro da missão de Cuba em Madrid.
- **Em 11 de Abril de 2017**, o banco canadiano HSBC Bank Canadá, sucursal em Canadá do grupo bancário britânico HSBC Bank, negou-se a aceitar uma transacção da empresa canadiana Reuven International, dirigida ao Consulado cubano em Toronto, por estar relacionada com Cuba. A transacção foi realizada em dólares canadianos.
- **Em 11 de Abril de 2017**, a companhia estadunidense Amazon fechou as contas do pessoal da Missão Diplomática cubana perante as Nações Unidas, alegando que têm que cumprir com as regulações estadunidenses.
- **No dia 9 de Maio de 2017** a empresa Super Micro Computer rejeitou realizar uma oferta à Embaixada de Cuba em Espanha para a compra de vários equipamentos informáticos através da companhia ARYAN COMUNICAÇÕES, alegando que a sua sede central está em território dos Estados Unidos.

- **Maio de 2017**, o Banco ING com sede em Holanda rejeitou o pagamento de Cuba como membro do Grupo ACP com sede em Bruxelas, Bélgica. A Gerência do banco holandês alude para justificar a negativa o facto de que Cuba é um país sob sanções por parte da OFAC dos Estados Unidos.
- **Em 8 de Junho de 2017**, a OFAC impôs uma multa à companhia American Honda Finance Corporation (AHFC) por um valor de 87 255 USD, porque uma subsidiária em Canadá, a Honda Canada Finance Inc., aprovou e financiou 13 acordos de arrendamento de autos entre a Embaixada de Cuba em Canadá e um concessionário de Honda em Ottawa entre Fevereiro de 2011 e Março de 2014. Essa mesma companhia tinha rejeitado, em 30 de Março de 2015, uma transferência da Embaixada de Cuba em Canadá por conceito do câmbio do parque automotor que correspondia ser substituído pela firma.

II. O BLOQUEIO VIOLA OS DIREITOS DO POVO CUBANO: AFECTAÇÕES AOS SECTORES DE MAIOR IMPACTO SOCIAL

2.1. Direito à saúde e à alimentação

A Constituição da República de Cuba estabelece no seu artigo 50 que todos os seus cidadãos têm direito a que se atenda e proteja a sua saúde. Desde o triunfo da Revolução em 1959, a garantia da atenção médica gratuita a toda a população do país tem sido um princípio inviolável para o Governo cubano, apesar do impacto negativo do bloqueio e outras agressões sofridas por Cuba durante todos estes anos.

O propósito de dobrar por fome e doenças ao povo cubano tem feito que os sectores da saúde pública e da alimentação se mantenham entre os objectivos da aplicação do bloqueio por parte dos Estados Unidos.

A afectação monetária acumulada pela aplicação desta política na **saúde pública** cubana é de 2 mil 711 milhões 600 mil dólares, enquanto no período que abrange este relatório, os danos atingem mais de 87 milhões de dólares. Isso significa um incremento em mais de 4 milhões de dólares com relação ao período compreendido entre Abril de 2015 e Abril de 2016. Apesar desta quantificação, não abrange o dano real

sobre a integralidade da saúde humana, incluído o impacto psicológico, que pela sua natureza jamais poderá ser calculado.

As principais afectações causadas pela aplicação desta política ao povo cubano estão dadas pelas dificuldades para adquirir nos mercados estadunidenses medicamentos, reagentes, sobressalentes para equipamentos de diagnóstico e tratamento, instrumental médico e outros inputs necessários para o funcionamento do sector. Durante o último ano, a empresa importadora e exportadora cubana de produtos médicos MEDICUBA S.A., realizou várias solicitações para comprar insumos a 18 companhias estadunidenses. Delas, 14 não tinham respondido no momento de redigir este relatório, apesar de que muitas foram contactadas em mais de uma ocasião. Nos casos em que se obteve uma resposta positiva, estas companhias têm que proceder a solicitar uma licença do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos que, em ocasiões, demora até oito meses em ser emitida.

Apesar destes contactos directos com fornecedores estadunidenses e de vários intercâmbios científicos e académicos com esse país, na maioria dos casos a aquisição dos produtos e tecnologias necessários para o sector ainda têm que ser feitos em mercados geograficamente distantes, sendo consideráveis as despesas por conceito de custos, seguros, fretes, transbordo, manipulação, armazenagem, tempo e a utilização de intermediários nas operações comerciais.

Entre os exemplos que demonstram os danos ocasionados na esfera da saúde durante o período da referência são incluídos os seguintes:

- O Estado cubano não conta nos seus hospitais com algumas tecnologias ou equipamento técnico de avançada produzido exclusivamente nos Estados Unidos para tratar certas patologias. Por essa razão, e com o propósito de garantir o acesso universal, gratuito e de qualidade aos serviços de saúde de todos os seus cidadãos sem distinção de nenhum tipo, Cuba teve que enviar um grupo de pacientes e os seus acompanhantes para serem atendidos em hospitais no exterior a um custo de um milhão 66 mil 600 dólares. Estas tecnologias poderiam ser importadas desde os Estados Unidos caso não existir o bloqueio, e os pacientes teriam sido atendidos no seu país.

- Em Fevereiro de 2017, a empresa alemã Otto Bock HealthCare GmbH, fornecedor de próteses ortopédicas, comunicou que devido ao bloqueio não poderiam fornecer os componentes para membro inferior solicitados por MEDICUBA S.A. Como consequência desta negativa foi preciso contratar outro produto de natureza similar, mas de menor qualidade. As próteses modernas da empresa Otto Bock melhoram significativamente as possibilidades de que a pessoa com uma amputação de membro inferior conserve ou recupere a mobilidade, o que impacta significativamente na qualidade de vida dos pacientes cubanos com amputações de membros inferiores.
- No dia 17 de Março de 2017, MEDICUBA S.A. recebeu uma comunicação do fornecedor LINDMED Trade S. L. de Espanha, notificando que não se podia subministrar o antibiótico Ciprofloxacina Lactato Injecção 200 MG, visto que o fabricante, Claris Otsuka se negou a vender a mercadoria argumentando que “pelo facto de Cuba encontrar-se sob as sanções da OFAC não podiam fornecer-lhe directa ou indirectamente nenhum produto”. Este antibiótico de amplo espectro, utilizado de forma intravenosa em pacientes pediátricos e adultos hospitalizados para o tratamento de infecções de vias respiratórias, pele, tecidos brandos, ossos e articulações produzidas por bactérias sensíveis, não pode ser utilizado nos hospitais cubanos.
- Em Abril de 2017, o fornecedor alemão Eckert & Ziegler Radiopharma GmbH, negou-se a fornecer a MEDICUBA S.A. o Gerador Ge-68/Ga-68 Gallia Pharm GMP com os seus componentes. Este equipamento é utilizado no diagnóstico do cancro de próstata. Segundo Eckert & Ziegler Radiopharma GmbH, não podiam subministrar o produto directamente a Cuba, nem também não através de um terceiro país, pois o bloqueio os impedia.
- O Complexo Ortopédico Internacional “Frank País” de Havana informou que com relação à cirurgia artroscópica, não se tem acesso aos equipamentos e fornecimentos da empresa estadunidense Arthrex, líder nesse campo. Em Fevereiro 2017, através de MEDICUBA S.A., solicitou-se a compra destes equipamentos. Infelizmente até ao momento não se obteve resposta. Esta empresa no seu web site claramente estabelece que todas as suas subsidiárias tanto nos Estados Unidos quanto em outros países, devem solicitar uma licença de exportação especial para poder vender os seus

produtos a alguns países, entre os quais Cuba está incluída. A aquisição e uso dos equipamentos de Arthrex significariam uma atenção de maior qualidade para os pacientes cubanos.

- Ao serviço de anatomia patológica do Hospital Clínico Cirúrgico “Hermanos Ameijeiras”, de referência nacional e que realiza diagnósticos de alta complexidade, resulta-lhe imprescindível contar com um microscópio electrónico de alta precisão como equipamento indispensável para o seu trabalho. Actualmente, este hospital conta com um microscópio HITACHI, que por ter mais de 80 por cento de componentes estadunidenses torna impossível a sua reparação. Esta situação foi verificada durante a visita realizada ao hospital, em Setembro de 2016, pelos directivos da companhia HITACHI.
- O serviço de cardiologia do hospital antes mencionado precisa de um dispositivo de assistência circulatória como o sistema Impella que comercializa a companhia estadunidense Abiomed, líder no mercado do seu tipo. Em Fevereiro de 2017, através de MEDICUBA S.A. realizou-se a solicitação de equipamentos a Abiomed, sem que até ao momento se obtivesse resposta. Estes equipamentos são utilizados amplamente no choque cardiogénico, na cardiologia intervencionista e na electrofisiologia, permitindo a recuperação de estados de falha cardíaca e por conseguinte, a prolongação da vida do paciente. Actualmente, o hospital apenas conta com a técnica de balão de contrapulsção aórtica, a que não oferece as mesmas vantagens do que o sistema Impella.

As restrições que o bloqueio impõe sobre as transacções financeiras internacionais relacionadas com Cuba, impediram a um investigador do Instituto de Medicina Tropical “Pedro Kourí”, receber o pagamento correspondente pela publicação do seu artigo científico na Revista “Journal of Parasitology Research”. O bloqueio também afectou o intercâmbio académico e científico dos profissionais e técnicos da saúde cubanos com os seus homólogos estadunidenses, devido ao atraso na outorga dos vistos solicitados para participar em eventos realizados em território dos Estados Unidos¹.

¹ Os eventos aos que não se pôde assistir foram: a Conferência Porto-riquenha de Saúde Pública (de 2 a 5 de Maio de 2016), o Workshop sobre Medição em Deficiência Infantil nas Américas (Nova Iorque, de 17 a 20 de Outubro de 2016), o Curso Hispano-Falante de Endocrinologia (Miami, de 7 a 10 de Dezembro de 2016), e o Congresso da Associação Americana de Diabete (Nova Orleans, de 10 a 14 de Junho de 2016).

Em Abril de 2016 se reafirmou como um dos objectivos prioritários e permanentes da Nação, a elevação das condições de vida dos cubanos, colocando ênfase na alimentação, entre outros sectores vitais. Com esse fim, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social de Cuba até ao ano 2030, define como um dos seus sectores estratégicos o desenvolvimento da agro-indústria não açucareira, em particular a integração da indústria com o sector primário agropecuário e a elevação do valor agregado dos produtos alimentares.

Estes elementos têm como objectivo manter os avanços alcançados por Cuba em matéria de segurança alimentar, reconhecidos pelas agências especializadas do Sistema das Nações Unidas.

O bloqueio económico, comercial e financeiro que aplicam os Estados Unidos tem obstaculizado por mais de 55 anos o desenvolvimento do **sector da Alimentação** em Cuba. As afectações que registaram os sectores da Indústria Alimentar e da Agricultura durante a etapa que analisa este relatório atingem os 347 milhões 598 mil dólares.

As empresas de Cuba encarregadas da elaboração dos produtos alimentares no país têm que importar aproximadamente 70 por cento das suas matérias-primas fundamentais desde diferentes mercados, entre os quais se encontram Espanha, Brasil, Argentina, Itália, Canadá, Índia, República Dominicana e México. Não obstante, até esta altura, o bloqueio impossibilitou o facto de poder realizar as compras no mercado estadunidense, o qual resulta muito atraente pelos seus preços e proximidade, para além de contar com ofertas variadas de matérias-primas, materiais e equipamentos necessários para modernizar as linhas de produção. Essas compras também incidiriam em uma diminuição considerável dos levantamentos que por razões óbvias são necessários manter e impõem a imobilização do capital.

2.2. Direito à educação, ao desporto e à cultura.

A educação é um direito inalienável para todos os cubanos durante a sua vida. É um objectivo fundamental da Revolução, referendado na sua Constituição e representa uma prioridade indiscutível para o Estado. Isso ficou reflectido no orçamento aprovado pelo Governo cubano para 2017, ao destinar para esse propósito 23% do gasto orçamental, que equivale

a 9% do PIB a preços correntes. Com isso se garante o funcionamento de 9 mil 433 escolas de ensino primário, médio e médio superior (com uma estimativa de um milhão 771 mil 800 estudantes) e toda a educação universitária, que conta com 145 mil 770 estudantes. Além disso, são atendidas 140 mil 610 crianças nos Infantários.

O bloqueio imposto pelos Estados Unidos afecta os programas cubanos para assegurar uma educação de qualidade, universal e gratuita em todos os níveis. O **sector da educação** em Cuba sofreu perdas durante o período analisado neste relatório de 2 milhões 832 mil 830 dólares. As perdas estiveram maiormente associadas ao encarecimento dos fretes para a importação ao país dos inputs escolares desde terceiros países, pela impossibilidade de comprá-los nos Estados Unidos.

Cuba importou desde China 590 contentores com a maioria dos insumos docentes para o actual curso escolar. Os fretes dos contentores de 20 pés desde esse país oscilam aproximadamente em 3 mil 200 dólares, enquanto os de 40 pés custam como média aproximadamente 5 mil 200 dólares. Esses mesmos contentores procedentes dos Estados Unidos têm um preço que oscilam em mil 300 e 2 mil dólares respectivamente. Cuba tem anualmente gastos elevadíssimos para poder garantir os seus insumos escolares, só por questão de pagamento de fretes.

No caso da educação superior, a aplicação do bloqueio gerou inúmeros obstáculos para ter acesso à tecnologia e o equipamento necessários para a docência e investigação científica, a difusão e retribuição adequada pelos resultados, a aquisição de insumos, médios e instrumentos, o trabalho de extensão universitária e o desenvolvimento local.

A seguir se enunciam alguns exemplos concretos registados entre Abril de 2016 e Março de 2017:

- As universidades cubanas e porto-riquenhas há anos mantêm relações de intercâmbio. Contudo, como resultado da aplicação do bloqueio se proíbe aos estudantes desse país fazer cursos de procedimentos nas universidades cubanas. A Universidade de Pinar del Río, por citar só um caso, estima de forma conservadora que aproximadamente de 150 estudantes poderiam realizar cursos de procedimentos anualmente nesse centro docente, com um gasto

médio de 200 dólares diários. Por este conceito, por causa do bloqueio, a referida instituição deixou de receber 30 mil dólares que poderiam ter sido destinados para o seu desenvolvimento.

- A Universidade Tecnológica de Havana “José Antonio Echeverria”, no período analisado, deixou de receber 28 mil dólares por conceito de Workshops Internacionais e/ou cursos de procedimentos nas suas Faculdades, por não poder receber estudantes estadunidenses.
- A Universidade Central “Martha Abreu” de Las Villas, reportou uma afectação de 221 mil 300 dólares, ao ter que pagar no mercado chinês equipamentos para três laboratórios especializados em Electrotecnia, Medições e Accionamento, os que podiam ter sido adquiridos no mercado estadunidense a metade ou um tercio do preço pagado.
- O sector de Educação Superior, teria poupado 112 mil dólares se tivesse podido importar do porto de Miami, Flórida, 96 contentores com materiais para as universidades do país. Porém, pela aplicação do bloqueio, teve que importar os produtos de portos europeus e chineses. Os 64 contentores procedentes de China custaram 102 mil 400 dólares e os 32 contentores desde Europa, representaram uma despesa de 131 mil 200 dólares. Se os contentores se tivessem podido transportar desde Miami, o custo por contentor teria sido apenas de 200 dólares.
- O bloqueio impede que as universidades cubanas tenham acesso a softwares profissionais modernos desenvolvidos por empresas estadunidenses como é o caso de *Architectural desktop*, simuladores de comparações de processos químicos, programas de estatística para carreiras económicas, software de desenho, de simulação por elementos finitos e cálculo numérico como o Solidworks, AutoCAD, Abaqus, MathCad e o Matlab, sem cujas licenças não se pode concretizar a sua instalação e posterior exploração. As plataformas de desenvolvimento colaborativo Google Code e Source Force, as mais importantes do mundo destinadas a desenvolvedores e contentivos de códigos fonte abertos e listas de serviços, aparecem bloqueadas para Cuba.

O desporto cubano é reconhecido a nível mundial pelas suas marcas em numerosos eventos de todas as categorias. Este sector também enfrenta sérias restrições no seu desenvolvimento pela aplicação da política de bloqueio.

As maiores afectações reportadas se devem ao pagamento desnecessário de tarifas por conceito de frete para a transportação dos produtos adquiridos em mercados longínquos; a carência ou insuficiência de alguns médios e recursos de ensino para a docência e a investigação; o acesso limitado à informação científica e a ferramentas informáticas necessárias para a produção de multimídias educativas nos diferentes níveis de ensino da educação desportiva; assim como os obstáculos para receber os pagamentos pelos serviços profissionais que se ofertam no exterior, entre outros. Se Cuba pudesse ter acesso ao mercado estadunidense de implementos desportivos, estes poderiam ser importados por um valor entre 20 e 25 por cento menor dos preços pagados.

Os atletas cubanos de tiro com arco e velas que se prepararam para participar nos Jogos Olímpicos de Rio de Janeiro no verão de 2016, não puderam adquirir os insumos necessários de primeiro nível como resultado da política de bloqueio, visto que:

- Os artigos correspondentes ao tiro com arco da marca Easton são produzidos nos Estados Unidos e resultam ser os mais avançados em tecnologia para essa disciplina. As companhias estadunidenses que os comercializam, não responderam às solicitações de compra realizadas pela Federação Cubana dessa disciplina. Cuba teve que procurar outro fornecedor internacional no intuito de poder ter acesso a esses insumos. Apenas foi recebida uma oferta de um fornecedor espanhol, cujo montante ascendia a uns 17 mil 569 dólares, sem contar frete de transportação desde a Europa, pelo que foi impossível a sua aquisição. Se tivesse sido possível adquiri-los directamente nos Estados Unidos, o seu preço não teria excedido os 12 mil 480 dólares.

- Uma situação similar enfrentaram os representantes cubanos da disciplina de vela. As embarcações de última geração desenvolvidas nos Estados Unidos, custam aproximadamente 8 mil 320 dólares. O bloqueio impede a Cuba a sua importação. As ofertas europeias ascendiam a uns 18 mil 350 dólares. Resultou impossível para o país pagar esses preços.

Já lá vão alguns anos, uma equipa cubana de beisebol vem participando em qualidade de convidada na Série do Caribe. A Federação Cubana desse desporto expressou a vontade de passar a ser membro permanente, com direitos e obrigações plenas. Infelizmente, este anseio viu-se frustrado pela negativa do Governo dos Estados Unidos. O anterior foi confirmado inclusive pelo presidente da Confederação de Beisebol Profissional do Caribe (CBPC), Juan Francisco Puello, quem manifestou durante a última edição do certame em Fevereiro de 2017, que a permanência futura das equipas cubanas nessa Série dependeria da decisão do Governo estadunidense.

Durante essa mesma edição, três atletas cubanos foram seleccionados pelo seu destacado desempenho para a equipa “Todos Estrelas” da Série do Caribe. As restrições que impõe o bloqueio, impossibilitaram que os desportistas cubanos recebam o prémio em dinheiro.

O Governo revolucionário cubano sempre teve como prioridade a protecção e desenvolvimento do património cultural, material e imaterial da nação, bem como a promoção do seu conhecimento e difusão, como elementos fundamentais para alcançar a justiça social plena e o total desenvolvimento da sociedade. Quantiosos foram os recursos que destinou o Estado cubano ao desenvolvimento e difusão da cultura cubana.

A aplicação da política de bloqueio dos Estados Unidos a Cuba na **esfera cultural**, afectou o intercâmbio bilateral nesse campo. Só no período analisado neste documento, as perdas para o sector cubano da cultura são estimadas em não menos de 35 milhões 314 mil dólares, o que representa um incremento de 16 por cento em comparação com igual período do ano anterior.

O bloqueio impede a adequada promoção, difusão e comercialização do talento artístico cubano, deprime a valores ínfimos os preços de venda dos produtos e serviços culturais e limita o desfrute da música cubana por parte do público internacional, a partir do controlo que exercem as grandes transnacionais da arte e da música, na sua maioria estadunidenses.

No caso da música, as apresentações ao vivo de músicos cubanos que se realizam nos Estados Unidos têm que ser com carácter de intercâmbio cultural, sem que medeiem contratos comerciais entre as partes. As empresas cubanas não obtêm benefícios económicos, por não poder apresentar comercialmente esses conjuntos em outros mercados durante os períodos de intercâmbio com os Estados Unidos.

Para a comercialização e promoção das artes plásticas mantém-se a aplicação das disposições do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, mesmo quando a emenda Bergman permite a aquisição legal de arte cubana.

Entre as afectações produzidas no âmbito da cultura no período aparecem:

- No âmbito da Música se realizaram 46 acções de intercâmbio cultural nos Estados Unidos no período avaliado por este relatório, com a participação de 308 músicos. Se tivessem existido contratos económicos pelas suas apresentações, e utilizando cifras conservadoras, poderiam ter-se recebido no país aproximadamente 673 mil 300 dólares.
- Se não existissem as restrições que impõe o bloqueio, estima-se que os conjuntos cubanos poderiam ingressar mais de 3 milhões de dólares anuais, tendo em conta a sua qualidade e a preferência que existe pela música cubana nesse mercado. Este cálculo se realiza na base de que alguns dos principais grupos latinos nos Estados Unidos comercializaram a música cubana em concertos, que têm sido quotizados em 100 mil dólares como média. Se pudessem apresentar-se comercialmente mais de 10 dos principais conjuntos cubanos nos Estados Unidos, oferecendo apenas 3 concertos por ano, a cifra indicada seria superior.

- A empresa EGREM viu-se impossibilitada durante este período de realizar contratos com as suas homólogas Blue Night Entertainment, Magnus Media, My Latin Thing e os Canarios Music para a apresentação nos Estados Unidos dos grupos “Buena Fe”, “Leoni Torres”, “Salsa, Mambo e Cha Chá” e o “Septeto Santiaguero”, devido à aplicação do bloqueio. Por essa razão, a EGREM deixou de receber aproximadamente 500 mil dólares.

Em relação com o tema do Direito de Autor Musical entre Cuba e os Estados Unidos mantém-se a impossibilidade de subscrever Contratos de Representação Recíproca (CRR) entre ambos os países. A observância do direito de autor e o pagamento das regalias por este conceito aos seus titulares são reconhecidos pelas legislações da maioria dos países do mundo. Os seus princípios são estabelecidos em convénios internacionais dos quais Cuba e os Estados Unidos são Estados Partes. Dentre as afectações por causa do bloqueio neste domínio encontram-se:

- A Associação Cubana de Direito de Autor Musical (ACDAM) não conseguiu concretizar a assinatura de um contrato de representação recíproca com a Sociedade Americana de Compositores, Autores e Editores (ASCAP), apesar de que se alcançou consenso e um entendimento entre ambas as instituições.
- Três membros da ACDAM não conseguiram concluir um curso on-line que ministrou a Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores (CISAC), sobre direito de autor e gestão colectiva. Antes que concluísse o curso, os representantes cubanos matriculados receberam uma comunicação da CISAC onde eram informados que o curso fecharia para eles pelo facto de ser Cuba um país submetido a sanções do Governo dos Estados Unidos. No web site <https://www.futurelearn.com/blocked-territories> aparece claramente reflectida esta notificação.

O Fundo Cubano de Bens Culturais (FCBC) acolhe um amplo universo de artistas, artesãos e desenhadores. Aproximadamente 8 mil criadores comercializam os seus produtos através da rede de lojas, galerias de arte ou do sistema de eventos que a empresa organiza, como feiras de artesanato, exposições de artes plásticas e mediante as obras por

encargo. As exportações que realizou esta instituição entre Abril de 2016 e Março de 2017 alcançaram um milhão 942 mil 200 dólares. Nenhuma pôde realizar-se no mercado estadunidense.

Se for tido em conta o potencial dos criadores cubanos, a qualidade estética das suas obras e o mercado natural que resulta os Estados Unidos para o consumo dos produtos vinculados às artes plásticas e aplicadas, o FCBC considera que se conseguiriam exportações para esse mercado por um valor de não menos de 12 milhões de dólares anuais, se não existissem as barreiras que impõe o bloqueio. Esta análise se fundamenta nos valores de exportação que realizaram México e a República Dominicana em 2016, com produtos análogos em qualidade e com praticamente a mesma capacidade de produção com que Cuba conta.

O desenvolvimento da indústria cinematográfica em Cuba também se vê duramente afectado pelas condições que impõe o bloqueio. A seguir colocam-se exemplos de algumas afectações:

- O sector da Arte e Indústria Cinematográfica reporta que, como resultado da aplicação do bloqueio, não se pode ter acesso à tecnologia desenvolvida pela prestigiosa empresa estadunidense Dolby, distribuidora de tecnologia para o som no cinema. Os processos de sonorização da produção cinematográfica a nível mundial são obrigados a utilizar a tecnologia que fornece a companhia, sem cujo crédito resulta quase impossível inserir-se no mercado internacional. Isso obriga desnecessariamente a Cuba a associar-se a co-produtores estrangeiros para adquirir as licenças correspondentes, a quem se deve ceder uma parte do mercado potencial cubano.
- Os Estudos de Animação não têm acesso às licenças de software imprescindíveis para os seus processos de produção. A única alternativa possível, como no caso anterior, é associar-se a produtores estrangeiros, o que implica partilhar as receitas que geram as suas produções.

2.3. Direito ao Desenvolvimento.

Apesar dos intercâmbios com delegações de empresários e cientistas estadunidenses, e da materialização de alguns projectos de colaboração, o **sector da biotecnologia** em Cuba continua afectado pelo bloqueio dos Estados Unidos.

Este sector demonstrou a sua capacidade para desenvolver novos produtos, medicamentos, equipamentos e serviços de alta tecnologia com destino ao melhoramento da saúde do povo cubano, a geração de bens e serviços exportáveis e tecnologias de avançada para a produção de alimentos. O bloqueio impede que os cidadãos estadunidenses possam beneficiar-se directamente e sem violar leis do seu país, dos produtos biotecnológicos e farmacêuticos desenvolvidos em Cuba.

A afectação económica total provocada pela aplicação da política de bloqueio no período que analisa este relatório, atinge os 322 milhões 993 mil 600 dólares. Exemplos concretos destas afectações são:

- Laboratórios MedSol é a empresa que maior quantidade de medicamentos genéricos coloca no quadro básico de medicamentos em Cuba, particularmente na forma farmacêutica de comprimidos. Para tal, precisam-se fornecimentos tais como embalagens de PVC^[1]. Através de um intermediário foi contratada a compra deste produto à empresa Klöckner Pentaplast GmbH. Esta empresa de origem alemã, comunicou ao intermediário que, tendo em conta que a partir de 2017 passariam a cotizar no mercado de valores dos Estados Unidos, receberam a instrução de não realizar nenhuma operação directa ou indirecta com Cuba.

^[1] O policloreto de vinila (PVC) é o derivado do plástico mais versátil, de amplo uso industrial ao ser dúctil e tenaz; ter uma estabilidade dimensional e resistência ambiental. Além disso, é reciclável por vários métodos.

- O Centro de Produtos Naturais, pertencente ao Centro Nacional de Investigações Científicas (CNIC), não tem podido adquirir os sobressalentes para dois cromatógrafos da marca Agilent, visto que as firmas estadunidenses que as exportam não as vendem a Cuba por causa do bloqueio. Estes equipamentos são fundamentais para o controlo de qualidade dos produtos que são investigados e desenvolvidos no Departamento de Química Farmacêutica desse centro. Ao não poder utilizar-se estes dois cromatógrafos, foi preciso sobre explorar o resto dos equipamentos desse laboratório, com perdas de 6 milhões de dólares.
- O Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB), teve dificuldades para adquirir insumos e produtos próprios da indústria com cerca de 20 fornecedores, dentre os quais reconhecidos fabricantes como Agilent, Bio-Rad, Abcam e PanReac, que ao detectarem que o destino da operação comercial era Cuba, retiraram os seus fornecimentos aos intermediários, o que provocou uma afectação superior a 368 mil dólares.
- Entre os produtos que o CIGB não conseguiu obter por causa do bloqueio, está uma bomba auxiliar de fabrico estadunidense solicitada à firma alemã Sartorius. Desta peça depende o funcionamento de outros 3 equipamentos de produção que actualmente se encontram detidos, o que impacta sobre a produção deste importante Centro, criando afectações por 326 mil dólares.
- A Empresa de Serviços Engenheiros Especializados, tem uma divisão encarregada da calibração dos equipamentos que são usados na indústria, elemento vital para o seu adequado funcionamento. Esse trabalho actualmente deve realizar-se através de terceiros países e com tempos prolongados de mais de 5 meses, visto que não se conta com os serviços do mercado estadunidense. Esta situação cria afectações no valor de 21 mil 784.32 dólares.

A **indústria do turismo** em Cuba também informou sobre quantiosos danos como resultado da aplicação do bloqueio. No período avaliado, as afectações provocadas por esta política atingiram mil 701 milhões 960 mil dólares.

Estimativas baseadas nos dados publicados pela Organização Caribenha do Turismo (CTO pelas suas siglas em inglês), indicam que a região registou um crescimento de 4.2 por cento no número de visitantes em comparação com 2015, sendo que os nacionais dos Estados Unidos representaram quase 50 por cento dessa cifra. Isto equivale a 14.6 milhões de estadunidenses que decidiram passar as suas férias na nossa região, com um gasto médio de mil dólares aproximadamente. Existem estudos que demonstram que como média, 1.5 milhões de estadunidenses, que escolhem o Caribe como destino turístico, poderiam ter viajado a Cuba se não existissem as regulações impostas pelo Governo dos Estados Unidos.

Como consequência, a indústria turística cubana deixou de receber uns mil 500 milhões de dólares, se for tido em conta o número potencial de turistas estadunidenses e a despesa média por estadia acima mencionados.

Nos Estados Unidos cerca de 73 milhões de pessoas participam por ano na actividade náutica e contam com aproximadamente 17.7 milhões de embarcações de diferentes tamanhos. Muitas delas transitam muito próximo das costas cubanas em direcção à área do Caribe. Não obstante, o bloqueio lhes proíbe que possam ter acesso às facilidades existentes nas marinhas cubanas. Cuba resulta um lugar atraente para o iatismo e o turismo náutico em geral, devido às características e localização geográficas da Ilha.

A Empresa de Marinhas e Náuticas MARLIN S.A dispõe na actualidade de uns 700 atracadouros que poderiam acolher umas 191 mil 600 embarcações/dia por ano, com apenas 75 por cento de ocupação. Com uma estadia média de sete dias, poderiam ser recebidas em Cuba 27 mil 400 embarcações em um ano, que só pelo conceito de atracação deixariam ao país receitas por 6 milhões 200 mil dólares. Se a esse valor se adicionam outros serviços como fornecimento de água potável e electricidade, custódia, comissariado, combustível, lojas, reparações de iates e outros, as receitas poderiam incrementar-se até cerca de 15 milhões de dólares.

No **sector das comunicações e da informática, incluídas as telecomunicações** se registaram no período afectações que atingem os 68 milhões 922 mil 110 dólares. Isso significa 9 milhões 713 mil dólares mais que em igual período do ano anterior.

O restabelecimento de relações entre Cuba e os Estados Unidos propiciou a concretização de acordos de interconexões directas com quatro empresas estadunidenses no sector das telecomunicações. Porém, não tem sido possível uma consolidação das mesmas que permitam ocupar um papel relevante nos serviços de telecomunicações internacionais, visto que ainda persistem os riscos financeiros e comerciais impostos pelo bloqueio estadunidense. As principais afectações existentes neste sector são:

- A impossibilidade de estabelecer relações bancárias directas entre instituições financeiras cubanas e estadunidenses.
- A impossibilidade de ter acesso ao mercado estadunidense para adquirir o equipamento tecnológico necessário. Por isso, é preciso recorrer a mercados mais longínquos, entre eles Ásia, com o devido encarecimento dos custos por conceito de frete.
- A impossibilidade de ter acesso a marcas e/ou equipamentos de altas prestações e líderes no mercado das infocomunicações, que são distribuídas ou possuem patentes de entidades estadunidenses, entre eles telefones fixos, telemóveis, antenas, sistemas informáticos, entre outros, mesmo para a aquisição em sucursais de terceiros países.
- Riscos de elevadas multas a empresas produtoras e comercializadoras que operam com mais de 10 por cento de tecnologias estadunidenses.

Cuba viveu nos últimos 3 anos uma situação muito tensa como resultado de uma prolongada seca. Ao concluir Fevereiro de 2017, 71 por cento do território nacional apresentou uma seca meteorológica; 33% catalogada como moderada ou extrema. Estima-se que 694 mil pessoas estavam afectadas de maneira parcial e 58 mil 700 de forma total. Segundo especialistas do clima é uma tendência que não será revertida no curto prazo, daí as medidas

que o Governo cubano tem adoptado para conseguir um uso racional da água.

Esta situação vê-se agravada pela aplicação do bloqueio estadunidense que afecta o desenvolvimento da **infra-estrutura hidráulica** no país. Esta política tem ocasionado perdas a esse sector na ordem dos 2 milhões 358 mil 817 dólares.

O Programa de Reabilitação de Redes e Conductoras que abastecem de água potável as principais cidades do país não pode ter acesso à tecnologia de avançada existente no mercado estadunidense, razão pela qual se encarecem de forma quantitativa a importação de insumos desde terceiros países. A empresa importadora Cubahidráulica estima que, se não existisse o bloqueio, poderiam ser importados dos Estados Unidos aproximadamente 152 contentores com material hidráulico que actualmente são importados do resto do mundo. Em Europa, o custo destes contentores atinge os 307 mil 390 dólares. Contudo, dos Estados Unidos, este montante seria de apenas 136 mil 093 dólares, razão pela qual o país teve que gastar uns 171 mil 297 dólares adicionais em dita importação.

Mudar a matriz energética e avançar no uso de fontes renováveis de energia é um objectivo prioritário do Estado cubano. Com o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social até 2030, aspira-se a alcançar 24 por cento de participação das fontes renováveis de energia na produção de electricidade, que actualmente é apenas pouco mais de 4 por cento. Todavia, o **sector da Energia e Minas** em Cuba, resulta ser um dos mais afectados pela aplicação do bloqueio económico, comercial e financeiro. No período analisado no presente relatório, a aplicação desta política tem ocasionado a esse sector perdas por 122 milhões 584 mil 708 dólares. Esta cifra representou um aumento com relação ao ano anterior de 16 milhões 232 mil 147 dólares.

A seguir colocam-se alguns exemplos:

- A Empresa Comandante “Ernesto Che Guevara” não conseguiu exportar umas 3 mil 500 toneladas de Sulfeto de Níquel que produziu entre Abril e Dezembro de 2016, pelas dificuldades para encontrar uma instituição bancária disposta a abrir uma carta de crédito no exterior, como resultado da aplicação extraterritorial do bloqueio

estadunidense. Isso significou que a economia cubana deixou de receber 23 milhões 600 mil dólares.

- A Empresa Mista Moa Nickel S.A, tem proibido importar dos Estados Unidos o enxofre necessário para a sua produção. Por essa razão, tem que ir até o Oriente Médio à procura da quantidade necessária deste produto para garantir a produção de níquel no país, o que encarece a importação do enxofre em aproximadamente 25 por cento. Por esse conceito, a economia cubana teve que despende aproximadamente um milhão de dólares.
- O Grupo Empresarial ENERGOIMPORT, teve que pagar 4 milhões 36 mil 967 dólares adicionais para garantir a reparação da Central Termoelétrica (CTE) de Matanzas, prevista para 2016. Em Dezembro de 2015 a OFAC emitiu, através da licença CU-2015-321998-1, uma autorização à companhia General Electric (GE) e suas sucursais, para participar em todas as operações necessárias para a manutenção da CTE. Não obstante, GE se negou a oferecer o serviço necessário por não ter segurança de que OFAC não a fosse multar por realizar operações em Cuba. Por esse motivo foi preciso contratar os serviços de reparação e compra de sobressalentes a outra companhia, com um incremento nos custos de manutenção.

Para Cuba constitui uma prioridade o desenvolvimento integral dos **ramos da indústria** que contribuem ao desenvolvimento dos sectores estratégicos incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social até 2030. Esses sectores também se vêem afectados pela aplicação do bloqueio económico, comercial e financeiro dos Estados Unidos. Durante o período que abrange o presente relatório, a indústria cubana teve uma afectação financeira na ordem dos 59 milhões 225 mil 936 dólares.

A empresa cubana QUIMIMPEX, dedicada à importação de produtos para o desenvolvimento da indústria química em Cuba viu-se mais uma vez impossibilitada de comprar no mercado estadunidense as matérias-primas, sobressalentes e equipamentos necessários. As empresas contactadas indicaram que ainda se mantinham as leis impostas pelo Governo dos Estados Unidos contra Cuba. Por isso, o custo de importação de produtos desde terceiros países teve um incremento de 20 por cento.

Para a aquisição do Cloro Líquido a 98 por cento, esta empresa teve que pagar um custo adicional de mais de 111 dólares por tonelada métrica. O fornecedor contratado por Cuba sofreu fortes pressões da OFAC quando soube que as importações tinham como destino Cuba. Foi preciso fazer uma triangulação com o produto que vinha desde Colômbia directo a Cuba usando a via Colômbia-Panamá-Havana. Foi impossível adquirir sobressalentes e componentes de reposição para o equipamento das marcas Burton Corblin e GARO, devido à presença de accionistas estadunidenses entre os fornecedores. Esta situação colocou em alto risco as produções nacionais de cloro.

A Empresa Comercializadora BK-Import-Export, encarregada de garantir as produções e projectos integrais das empresas do sector metalomecânico, não pôde importar dos Estados Unidos os inputs necessários para o seu funcionamento. Por essa razão, teve que despende cerca de 5 milhões 24 mil 643 dólares adicionais como resultado do incremento do frete das suas importações desde China. Com o montante gasto desnecessariamente, a indústria cubana tivesse podido adquirir algum dos seguintes equipamentos:

- 2 mil 563 Motores Eléctricos (Faixa de Potência 0.12 Kw-28Kw).
- 13 mil 928 Kits de Aquecedores Solares LPC 47 de 90 Litros.
- 412 Máquinas de Soldar CO2.
- 138 Compressores de Ar.
- 146 Variadores de Velocidade de corrente alternada.

Por igual conceito, o Grupo Empresarial da Indústria Sidero-Mecânica encarou perdas da ordem dos 50 milhões 173 mil 625 dólares, equivalentes a 10 por cento do total das suas operações. Se não existissem essas despesas, poderiam ser adquiridos alguns dos seguintes insumos:

- 19 mil 505 toneladas de bobinas de aço galvanizadas para os tectos de moradias, armazéns e centros industriais.
- 1 225 toneladas de canos e chapas para o fabrico e reparação de mobiliário clínico.

- 3 mil 193 toneladas de metais vários para o fabrico de máquinas e sistemas de rega.
- 3 mil 171 toneladas de laminados vários para a reparação e fabrico de reboques canavieiros.
- 10 kits em CKD para o fabrico de máquinas colheitadeiras canavieiras.
- 2 mil 130 toneladas de barras de aço e molas para o fabrico e reparação de cilindros hidráulicos para os equipamentos da safra açucareira.
- 878 toneladas de chapas de aço para a produção de equipamentos agrícolas.
- 1 mil 820 aquecedores solares para hospitais, hotéis e centros de produção.
- 20 prensas embaladoras de papel e papelão.
- 173 elevadores de diferentes usos em hospitais, hotéis e edifícios de habitação.

As afectações totais sofridas pela indústria cubana por causa do bloqueio são equivalentes ao investimento que se necessitaria para instalar uma nova linha de produção de painéis solares fotovoltaicos, com capacidade de geração para um Parque de 50 MW, na EIE “Ernesto Che Guevara” de Pinar del Río, para além de poder importar outros equipamentos necessários para esse estabelecimento.

No **sector da construção** as afectações foram de 12 milhões 406 mil 700 dólares. A razão principal desta perda radica na impossibilidade de ter acesso a tecnologias construtivas mais eficientes, disponíveis nos mercados estadunidenses ou produzidos por empresas subsidiárias de companhias radicadas nesse país. Por tal razão, empresas cubanas como IMECO, CONSTRUIMPORT e a União de Empresas Construtoras Caribe S.A (UNECA) foram obrigadas a importar os produtos desde mercados longínquos, como Ásia e Europa, incrementando os custos de importação, o que originou perdas por conceito de fretes e seguros.

O **sector do transporte** sofreu no período perdas estimadas na ordem dos 122 milhões 397 mil dólares, como resultado da aplicação da política de bloqueio. Estas afectações tiveram um impacto negativo em todas as entidades do sector, sendo a Empresa Cubana de Aeroportos e Serviços (ECASA) e Cubana de Aviação as mais afectadas. Os danos

económicos a estas últimas se calculam em 49 milhões 113 mil dólares e 21 milhões 617 mil dólares, respectivamente.

III. AFECTAÇÕES AO SECTOR EXTERNO DA ECONOMIA CUBANA.

3.1. Comércio Externo e Investimentos Estrangeiros.

A afectação total do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos à esfera do comércio externo em Cuba, no período que analisa o relatório, calcula-se em 3 mil 524 milhões 993 mil 996,32 dólares estadunidenses. Tal como em anos anteriores, o indicador que maior afectação regista são as receitas que não se receberam por exportações de bens e serviços, que representam **83,6%** do total das afectações. Neste período também se registou um aumento de 42 por cento no custo dos financiamentos por conceito de risco país.

A seguir coloca-se um exemplo de como esta política incide negativamente no desenvolvimento da economia cubana:

- O Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB) desenvolveu o produto Heberprot-P, medicamento que é uma novidade e único na terapia da úlcera severa de pé diabético (UPD). A terapia tem beneficiado na actualidade a mais de 230 mil pacientes do mundo todo. Possui 21 registos sanitários e mais de 30 patentes concedidas.

As estatísticas reportam que a prevalência de diabete nos Estados Unidos é de 9,3 por cento², o que equivale a uns 29,2 milhões de pessoas. Conforme fontes estadunidenses, 3,5 por cento³ deles desenvolve UPD, o que contabiliza mais de um milhão de pessoas com UPD cada ano. Delas, 204 mil 296 poderiam desenvolver UPD complexas.

² US National Diabetes Statistics Report 2014.

³ <http://www.prnewswire.co.uk/news-releases/advances-in-wound-care-offer-hope-to-millions-of-americans-156809545.html>

Se só fosse exportado o Heberprot-P para beneficiar 5 por cento dos estadunidenses que por ano desenvolvem uma UPD complexa, a indústria biotecnológica de Cuba poderia granjear mais de 122 milhões de dólares anuais. Isso contribuiria também a minimizar a elevada cifra de mais de 70 mil amputações que se realizam anualmente nos Estados Unidos a pacientes diabéticos⁴.

- O CIGB introduziu no mercado o Imunogénico GAVAC, que constitui uma alternativa para o controlo de carrapatos. A sua acção resulta específica para diversas espécies do género *Rhipicephalus*.

No Estado de Tamaulipas, México, fronteiro com o território dos Estados Unidos e onde estes ácaros são endémicos, foi feito um estudo e demonstrou-se que a eficácia desta vacina foi de 99 por cento. No ano 2012 o GAVAC foi avaliado pela USDA ARS Center for Tick Research Laboratory e o resultado de eficácia para o controlo de carrapatos foi de 99,9 por cento.

Os Estados Unidos importam do território mexicano antes mencionado, aproximadamente um milhão de cabeças de gado anualmente. Com o uso do GAVAC, uma vacina de carácter totalmente ecológico, seriam reduzidos os riscos de contaminação a ambos os lados da fronteira, assim como a ocorrência de doenças transmitidas pelos carrapatos. Se não existisse o bloqueio, Cuba poderia fornecer este produto aos Estados Unidos, e em particular, aos territórios de criação de gado de Texas e Baixa Califórnia. Isto contribuiria com lucros na ordem dos 2 milhões 250 mil dólares para Cuba, e melhoramentos nesse sector, onde os danos ocasionados pelos carrapatos se calculam na ordem dos 100 milhões de dólares anuais⁵.

⁴ US National Diabetes Statistics Report 2014

⁵ Exploring the use of an anti-tick vaccine as a tool for the integrated eradication of the cattle fever tick, *rhipicephalus (boophilus) annulatus*. Robert Miller, Agustín Estrada-Peña, Consuelo Almazán, Andrew Allen, Lauren Jory, Kathleen Yeater, Matthew Messenger, Dee Ellis, Adalberto A. Pérez de León. *Vaccine* 30 (2012) 5682– 5687.

- O Centro de Histoterapia Placentária vê limitada a possibilidade de que os cidadãos dos Estados Unidos tenham acesso a produtos cubanos como a Melagenina Plus⁶, Coriodermina, e a Loção Antiqueda, os quais são efectivos no tratamento do vitiligo, a psoríase e a alopecia. As duas primeiras doenças têm uma prevalência de 1 por cento⁷ e 3,15 por cento⁸ nos Estados Unidos, respectivamente, enquanto a alopecia areata provoca um total de 2,4 milhões de visitas anuais ao médico naquele país. O incremento do número de pacientes a este Centro representaria um aumento considerável das suas receitas por conceito de consultas médicas e venda de medicamentos e cosméticos.
- O Centro de Imunologia Molecular (CIM) desenvolveu uma vacina, Cimavax-EGF, que tem demonstrado durante o seu desenvolvimento clínico um efeito favorável para o tratamento do cancro de pulmão de células não pequenas em estágio avançado, demonstrando a sua segurança e boa tolerância.

Segundo o Instituto Nacional de Cancro dos Estados Unidos, estima-se que em 2016 a cifra de pacientes diagnosticados de cancro de pulmão foi de 224 mil 390, dos quais pelo menos 90% desejariam ter acesso ao tratamento pelo prometedor deste medicamento. Considerando apenas 2,6%⁹ como máxima penetração nesse mercado na etapa inicial, isso significaria uma receita para Cuba de 155 milhões de dólares.

O estudo do Instituto Nacional de Cancro confirmou, também, que o custo anual por paciente doente de cancro nos E.U.A. oscila entre 70 e 150 mil dólares. Contudo, o cálculo realizado pelos especialistas do CIM para esse produto, foi definido em aproximadamente 50 mil dólares, sendo conservadores nas estimativas da afectação¹⁰.

A vacina Cimavax-EGF se encontra patenteada nos E.U.A. desde o ano 2014. Foi só a finais de 2016 que se obteve a autorização para os

⁶ Este medicamento está protegido com uma patente nos Estados Unidos.

⁷ Lerner AB, Nordlund JJ. Vitiligo: What is it? Is it important? J. Am Med Assoc. 1978; 239:1183-1187.

⁸ Chandran, Vinod; Raychaudhuria, Siba P. Geoeidemiology and environmental factors of psoriasis and psoriatic arthritis. Journal of Autoimmunity 34 (2010): J314-J321.

⁹ Racotumoman, Nimotuzumab ou Docetaxel para o tratamento de câncer de pulmão de células não pequenas avançado <http://registroclinico.sld.cu/ensaios/RPCEC00000179-Sp>

¹⁰ Drug Pricing: Oncology in the United States

ensaios clínicos naquele país. Caso não existir o bloqueio, os ensaios clínicos teriam avançado e se tivesse podido comercializar este tratamento muito antes nesse mercado, contribuindo à qualidade de vida de muitos estadunidenses que padecem esta grave doença.

O número de contentores operados pela linha Mediterranean Shipping Company (MSC), que podem ser utilizados para a exportação e importação de produtos desde e para Cuba, ficou limitado de forma discriminatória pela Regra Comercial BR259. O Departamento Legal do Escritório Central de MSC aprovou, em Fevereiro de 2017, a proibição de utilização de um número significativo de contentores pertencentes à companhia estadunidense ou às suas subsidiárias. Para tal, a companhia elaborou uma lista de contentores que são os únicos autorizados para realizar alguma actividade comercial com a ilha, com o que é afectado de forma directa o tempo na entrega e saída de produtos a Cuba.

A Comercializadora Serviços Médicos Cubanos S.A. (CSMC) oferta diferentes modalidades de serviços assistenciais e académicos a estrangeiros em território nacional. A partir do reatamento das relações bilaterais com os E.U.A., notou-se um incremento do número de visitantes, ao abrigo das 12 categorias de licença. Porém, persistem as restrições de livre mobilidade que afecta directamente os cidadãos estadunidenses que desejam estudar ou receber atenção médica em Cuba. No período analisado a afectação económica ao sector, por este conceito, estima-se em 35 milhões 120 mil dólares.

A **agricultura** em Cuba, entre Abril de 2016 e Março de 2017, registou perdas na ordem dos 228 milhões 680 mil dólares pela impossibilidade de exportar os seus bens e serviços para o mercado estadunidense. Esses recursos milionário poderiam ter sido destinados ao desenvolvimento deste importante sector em Cuba. A seguir salientamos alguns exemplos:

- A empresa de Cítricos Caribe S.A, do Grupo Empresarial Agrícola desenvolveu uma variedade de ananás que goza de um alto prestígio internacional e a sua qualidade foi avaliada pela obtenção de prémios em prestigiosas feiras internacionais. Os Estados Unidos são o principal consumidor de ananás a nível global. Estimativas realizadas em Cuba indicam que se poderia exportar para os Estados Unidos

cerca de 125.1 toneladas anuais deste produto que poderiam representar uma receita para o país de aproximadamente 81 mil 940 dólares.

- Os charutos Premium desenvolvidos em Cuba possuem um grande prestígio e demanda a nível internacional, razão pela qual o Havana cubano açambarca 70 por cento das unidades e 80 por cento das vendas, nos mercados onde este produto tem acesso. O mercado estadunidense de charuto Premium comercializa aproximadamente 250 milhões de unidades anuais. O bloqueio proíbe que o charuto cubano seja comercializado nesse importante mercado. Caso forem levantadas essas restrições estima-se que Cuba poderia comercializar nos primeiros anos cerca de 50 milhões de unidades, que no caso de ser vendidas a razão de 2.35 dólares cada, permitiriam ingressar ao país uns 117 milhões 500 mil dólares.

3.2. Finanças.

Em Março de 2016, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, autorizou o uso do dólar dos Estados Unidos nas operações comerciais cubanas com o exterior. Autorizou às instituições bancárias estadunidenses a que abrissem escritórios na Ilha e outras facilidades como permitir a bancos estadunidenses abrir e manter contas nesse país a cidadãos cubanos. Até a data da elaboração deste relatório, estas medidas não foram implementadas de maneira efectiva.

Decorrido mais de um ano do anúncio da medida, o sistema bancário cubano continua a ser alvo directo do assédio e a perseguição dos seus activos financeiros no exterior. Não foi possível normalizar as relações bancárias com as entidades estadunidenses. Persistem as dificuldades para utilizar normalmente o dólar estadunidense nas transacções comerciais e financeiras cubanas, fundamentalmente devido às ambiguidades no texto das regulações vigentes e os temores dos bancos e das entidades comerciais, devido a que são alvos permanentes de multas e sanções. As exíguas transacções em dólares realizadas no período pressupõem um acompanhamento e coordenação prévia totalmente inusuais com relação à prática bancária internacional.

Uma única instituição estadunidense sob licença tem feito operações de forma directa com Cuba. Não existe reciprocidade alguma para as instituições financeiras cubanas neste contexto, o que limita e obstaculiza o adequado manuseio dos recursos externos por parte da banca cubana na sua relação comercial com os Estados Unidos.

A utilização em Cuba de cartões de crédito e débito emitidas por bancos estadunidenses foi permitida até ao momento só por três instituições, apesar de ter sido uma das primeiras modificações consideradas nas normativas emitidas depois de 17 de Dezembro de 2014.

Não basta com o anúncio da medida de que se autoriza o uso do dólar estadunidense no comércio internacional, deve-se contar com um apoio legal ou declaração pública que lhes ofereça garantias aos bancos de terceiros países de que não vão ser sancionados por envolver-se em operações com entidades bancárias cubanas.

O carácter extraterritorial da política de bloqueio reflecte-se na perseguição financeira contra bancos de terceiros países e na imposição de novas multas a instituições sob o fundamento de violar o regulamentado pelo Governo dos Estados Unidos em relação a Cuba. Isso fez com que muitas instituições bancárias fechassem as contas cubanas e adoptassem medidas que obstaculizam e tornam complexo o normal funcionamento do sistema bancário na Ilha.

No período, apesar de subscrever-se operações na ordem comercial, evidenciou-se a impossibilidade de ter acesso a fontes de financiamento tanto da banca estadunidense quanto de outras vias comerciais, prática utilizada normalmente no comércio mundial.

Entre Abril de 2016 e Março de 2017 se registaram afectações a Cuba como resultado da aplicação da política do bloqueio, em especial em virtude do seu carácter extraterritorial, em mais de 100 bancos estrangeiros, dentre eles:

- O fechamento das contas bancárias cubanas em 4 bancos; 2 de Europa e 2 latino-americanos.
- O cancelamento das chaves RMA de mensagens SWIFT a 14 entidades; delas, 11 europeias, 2 latino-americanas e 1 de Oceania.

- A retenção de fundos: 5 bancos; deles, 3 de Europa e 1 da América do Norte e 1 de Ásia.
- A negativa a prestar serviços bancários em 19 entidades; delas, 11 europeias, 3 latino-americanas, 3 asiáticas e 2 de América do Norte.
- A rejeição a tramitar e/ou avisar cartas de crédito a 36 instituições; delas, 6 de Europa e 30 de Ásia.
- A devolução de operações bancárias em 27 entidades; delas, 15 de Europa, 4 de América Latina e 8 de Ásia.
- O cancelamento de operações bancárias e de acordos assinados em 2 bancos europeus.

Resulta importante assinalar que, em comparação com os exemplos reportados no relatório anterior, neste período aumentaram em 40 os bancos que cederam perante a política de fustigação imposta pelo bloqueio dos Estados Unidos, o que atenta contra o normal funcionamento e operacionalidade das instituições bancárias cubanas.

A seguir citamos alguns desses exemplos:

- Em Maio de 2016 se tornou pública uma confirmação escrita do director do banco britânico The Co-operative Bank (Co-op Bank), na qual informava a decisão de fechar as contas bancárias em Novembro de 2015 pertencentes à Campanha de Solidariedade com Cuba (CSC) no Reino Unido. Obedeceu aos riscos derivados das sanções executadas pela OFAC dos Estados Unidos.
- As medidas do bloqueio estadunidense impossibilitaram ao banco espanhol Santander oferecer serviços a representações diplomáticas cubanas em Espanha, ao impedir dotar de terminais de pontos de vendas (TPV) aos Consulados Gerais de Cuba nas cidades de Barcelona, Sevilha e Santiago de Compostela. Tais proibições aconteceram poucos meses depois que os departamentos do Tesouro e Comércio dos Estados Unidos anunciassem que permitiriam aos seus bancos processar transacções de bancos cubanos.

- Em Janeiro de 2017 o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos impôs uma multa ao banco canadiano Toronto Dominion (TD) de 955 mil 750 dólares estadunidenses, por violar as regulações do bloqueio à Ilha. Segundo a OFAC este banco canadiano realizou transacções através do sistema financeiro dos Estados Unidos, em benefício de uma companhia canadiana da qual é proprietária uma empresa cubana, incluindo o financiamento de actividades comerciais também proibidas pelo bloqueio.
- Em Fevereiro de 2017, a sucursal em Dominica do Banco canadiano Scotia Bank, negou-lhe à Embaixada de Cuba nesse país realizar o depósito em dólares caribenhos que regularmente fazia na sua conta no referido banco. Este banco argumentou que não se podia realizar o depósito visto que esses dólares procediam de um câmbio realizado em dólares estadunidenses e em atenção às leis da OFAC não podiam aceitá-lo, visto que ficariam sujeitos a penalizações por parte do Governo estadunidense.
- Em Março de 2017, o banco nicaraguense de capital privado, Banco Corporativo SA, negou ao escritório de Cubana de Aviação sediado naquele país a abertura de uma conta. A gerência do banco explicou que não podia realizar a operação visto que Cubana de Aviação aparece na lista dos países, organizações ou pessoas com as que não devem fazer negócios, nem realizar transacções, segundo a lista dos nacionais especialmente designados publicada pela OFAC; caso contrário podiam ser multados.
- Em Março de 2017, a Embaixada de Cuba em Kuwait informou que a letra de crédito de um contrato com a firma alemã UNICOR GmbH, aprovado a CUBAHIDRÁULICA por parte do Fundo Kuwaitiano para o Desenvolvimento Económico Árabe, não foi aceiteada pelo NATIONAL BANK de Kuwait. O banco argumentou que esse instrumento financeiro não se podia aceitar devido a que “Cuba se encontra sob sanções internacionais”.
- O Banco ING belga deteve uma transferência entre a Universidade de Gent e o Centro Nacional de Ciências Agrícolas, destinada a importar um veículo para o Projecto VLIR (Projecto de colaboração do Conselho Interuniversitário Flamenco), aludindo a que dito banco não podia fazer transacções directas a Cuba. Isso impossibilitou o depósito

do montante correspondente à compra, 37 mil 150 dólares, por parte do Banco Financeiro Internacional de Cuba.

- O Banco United Bank of Switzerland (UBS) rejeitou desde 2015 todos os depósitos realizados pelas instituições cubanas para os pagamentos correspondentes à participação de Cuba no Fundo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), à rede de Formação Ambiental do PNUMA para América Latina e o Caribe, ao Protocolo de Segurança na Biotecnologia da Convenção de Diversidade Biológica, assim como às Convenções de Basileia, Rotterdam e Estocolmo. Esta situação provocou que o país não possa cumprir oportunamente os seus compromissos de pagamento a ditos organismos, o que tem implicado que desde 2016 Cuba não tem sido elegível para projectos e/ou acções de cooperação técnica sob as Convenções de Basileia, Rotterdam e Estocolmo vinculadas à gestão segura de produtos químicos e resíduos perigosos.
- Um banco de Europa negou-se a processar operações de uma empresa cubana através de uma entidade bancária de Cuba, sob o argumento de que a empresa se encontra incluída na Lista de Nacionais Especialmente Designados e de Pessoas Bloqueadas da OFAC (Specially Designated Nationals and Blocked Persons List o SDNLIST).
- Um banco cubano reportou que o Escritório Sanitário Pan-americano da Saúde não conseguira transferir as receitas obtidas à sua conta em uma entidade bancária de um terceiro país, mesmo quando conta com o apoio de uma Licença Geral da OFAC que autoriza este tipo de transacções. Esta acção evidencia o carácter extraterritorial do bloqueio financeiro.

A **indústria biofarmacêutica** cubana não foge à perseguição financeira que gera o bloqueio, com afectações totais na ordem dos 20 milhões 425 mil 100 dólares. Entre os exemplos destas afectações se encontra o da Empresa Exportadora-Importadora FARMACUBA, que confrontou dificuldades para concretizar as negociações com a companhia coreana SEJONG Pharmatech Co. LTD, para a importação de um bombo de revestimento de comprimidos, de grande importância para a indústria farmacêutica. Devido às limitações que impõe o bloqueio se teve que reorientar a operação através de um banco intermediário europeu

visando a aquisição da referida maquinaria, gerando-se um custo adicional de 250 mil dólares.

- O Centro de Imunologia Molecular (CIM) informa que a entidade Inno Biologics Sdn Bhd de Malásia tem pagamentos pendentes no valor de 150 mil dólares, devido a que esta empresa viu-se impossibilitada de transferir os fundos a Cuba por causa do bloqueio. Foram consultados vários bancos como o Maybank e o Public Bank, a fim de abrir contas bancárias que lhes permitam realizar as transferências a Cuba, mas igualmente não tiveram resultados.
- Esta dificuldade também a encara a empresa mista que tem o CIM em Singapura, Innocimab, a qual tem pagamentos pendentes no valor de um milhão 225 mil dólares. Procuraram-se vias alternativas para poder cumprir com os seus compromissos, sem resultados favoráveis pelas leis do bloqueio.

A Empresa de Seguros Internacionais de Cuba (ESICUBA S.A.) tem informado que no período que analisa o presente relatório tem percebido um endurecimento da política de bloqueio para o processo de contratação de compra das protecções de reasseguro para os portfólios de seguros cubanos. A seguir, colocamos exemplos dalgumas destas afectações:

- A empresa ESICUBA não tem acesso à totalidade das capacidades de reasseguro a nível mundial, com um impacto negativo para os seus processos negociadores. As restrições foram recrudescidas ao não ter acesso às entidades financeiras auxiliares ao processo de resseguros. Isso torna complexos os processos de cobranças e pagamentos do reasseguro, o que se vê agravado pela impossibilidade de realizar em dólares estadunidenses os seus pagamentos e cobranças para e desde o exterior, apesar do anúncio do levantamento destas restrições por parte do ex presidente estadunidense Barack Obama.
- As empresas de seguros cubanas não podem adquirir protecções de reasseguro de companhias estadunidenses. Seria inclusive absurdo realizar negócios com estas companhias ainda que os aceitassem, visto que no momento do pagamento das perdas procederiam a congelar ou bloquear os fundos. Isso se aplica igualmente às

companhias de terceiros países nas quais têm interesses cidadãos dos Estados Unidos, o que tem-se incrementado nos últimos anos com os processos de fusão e aquisição que se têm produzido na economia mundial e em particular na indústria do seguro e nos serviços financeiros.

O sector dos **serviços jurídicos** em Cuba também não fica isento das afectações causadas pelo bloqueio. Este ramo teve perdas avaliadas em 158 mil 416 dólares, associadas às variações cambiárias, à utilização de intermediários para a cobrança de serviços a terceiros e à impossibilidade de cobrar nalguns casos, como manifesta o seguinte exemplo:

- A Sociedade Consultores Legais e Agentes de Invenções e Marcas, CLAIM, S.A, dedicada aos temas de propriedade industrial, viu-se afectada por despesas financeiras ocasionadas pelas variações cambiárias por operações do comércio exterior e financeiras, por não ter acesso ao dólar estadunidense. De um total de vendas por conceito de exportações de serviços equivalentes a 2 milhões 642 mil 404 dólares durante o período que se analisa, houve perdas por conceito de gastos financeiros de 106 mil 986 dólares, dos quais 95 mil 669 dólares estão associados com as variações cambiárias e os gastos por cobranças em linha, pelo uso de sites web alternativos para aqueles clientes que utilizam cartões de créditos Visa ou Mastercard, proibidas em Cuba pelos Estados Unidos.

IV. O BLOQUEIO VIOLA O DIREITO INTERNACIONAL. APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL

Como fica demonstrado nos capítulos anteriores, no período que abrange este relatório continuou a aplicação do bloqueio económico, comercial e financeiro dos Estados Unidos contra Cuba. Esta política tem um forte componente extraterritorial que se evidencia a seguir:

- A companhia de seguros XChanging, que processa as operações de cobranças e pagamentos de primas e das reclamações para o Mercado Lloyd's e o Mercado de Companhias de Londres, retirou-se das operações com Cuba. Esta companhia iniciou negociações para ser adquirida por uma companhia nos Estados Unidos. Para continuar com as operações com Cuba, o novo dono tem que solicitar uma

licença da OFAC para facilitar o processamento das transacções dos negócios relacionados com o seguro e as transacções de reasseguro. A outorga desta licença não está garantida e inclusive, se a OFAC decidisse outorgá-la, levaria vários meses a sua aplicação. Por essa razão, XChanging comunicou a interrupção de todos os processamentos das transacções cubanas com efeito imediato.

- No dia 2 de Junho de 2016 soube-se que a companhia chinesa Huawei, recebeu uma citação judicial do Departamento de Comércio dos Estados Unidos para que informasse sobre a exportação e reexportação de tecnologia estadunidense a Cuba e outros países sob sanções nos últimos cinco anos. Estas investigações sucederam-se durante 2016 e mais recentemente em Abril de 2017, quando o Departamento do Tesouro decidiu rever de forma mais ampla as suas actividades comerciais com os países sob sanção dos Estados Unidos, incluída Cuba.
- A 9 de Setembro de 2016, o banco holandês Rabobank cancelou à empresa Vereenigde Octrooibureaux (V.O.) os serviços financeiros relacionados com Cuba devido às regulações do bloqueio. A empresa V.O é a encarregada da renovação das patentes do grupo empresarial cubano BIOCUBAFARMA, portanto, esse grupo não poderá realizar pagamentos a V.O. para a conservação das patentes em Europa de um considerável número de invenções científicas ligadas a produtos biofarmacêuticos.
- No dia 27 de Setembro de 2016 soube-se que entre Julho e Setembro desse ano, 6 bancos sediados em Paquistão negaram a abertura de uma carta de crédito a Cuba. A companhia biotecnológica paquistanesa Macter International tinha solicitado dito documento à companhia cubana Heber Biotec para a compra de 100 mil vacinas contra a Hepatite B. A razão da negativa foi que Cuba se encontrava na lista de países sancionados pela OFAC.
- Em 7 de Outubro de 2016, soube-se que o banco suíço UBS S.A. se negou a aceitar uma transferência de 20 mil francos suíços procedentes de Cuba, correspondentes ao pagamento da contribuição anual da Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba à União Interparlamentar, com sede em Genebra, Suíça.

- Em 31 de Outubro de 2016, o banco belga Fintro, filial do grupo BNP Paribas-Fortis negou-se a realizar uma transferência de um cidadão belga para um cidadão cubano danificado pelos efeitos do furacão Matthew. O BNP Paribas foi multado pela OFAC em 2014 por um montante de 8 mil 970 milhões de dólares estadunidenses por violar as sanções contra Cuba, Irão, Mianmar e Sudão.

Outras sucursais do BNP Paribas se negaram a realizar uma transferência de 9 mil 310 dólares procedente de um cidadão belga, dirigida à empresa cubana Ecotur S.A, devido ao bloqueio. Também se negou a financiar uma campanha publicitária da agência de comunicação belga ECL-TMS, devido a que o cliente final da campanha era Cuba e este banco não pode realizar nenhum tipo de acção relacionada com a ilha, por ser um país sob sanções da OFAC.

- No dia 23 de Dezembro de 2016, a sucursal em Malásia da companhia japonesa Tokio Marine Insurance se negou a renovar o contrato de seguro dos autos da missão diplomática cubana em Malásia, por ser Cuba um país sob sanções dos Estados Unidos.
- Em 10 de Abril de 2017, a sucursal em Canadá da companhia estadunidense *Expedia* interrompeu as negociações com a agência de viagens Hola Sun, representante da companhia Havanatur em Canadá, dirigidas a implementar um acordo de venda de bilhetes para viagens a Cuba. *Expedia* alegou que a inclusão de Hola Sun na lista de Nacionais Especialmente Designados da OFAC impedia a concretização do acordo.

4.2. Afecção à cooperação internacional.

- A Unidade Central de Colaboração Médica de Cuba (UCCM), informou que no período que se analisa neste relatório, tem experimentado problemas com os Bancos Financeiros em Djibouti e Uganda no processo de transferências por conceito de pagamento pelos serviços médicos que Cuba presta a esses países. Esses bancos africanos têm bancos correspondentes nos Estados Unidos, pelo que argumentam que devido às regulações do bloqueio existe uma alta possibilidade de que esses montantes sejam bloqueados antes de chegar ao seu destino.

- Em 19 de Dezembro de 2016, uma sucursal em Bahamas do Royal Bank of Canadá se negou a realizar uma transferência de quatro colaboradores médicos cubanos nesse país para uma conta no Scotia Bank (também em Bahamas), por motivo das restrições impostas pelo bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba.
- Em Março de 2017, a Embaixada de Cuba em Itália informou que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação confrontara dificuldades para adquirir computadores destinados a um projecto para a segurança alimentar, que inclui tecnologias de Google Earth, só pelo facto de estar relacionadas e ter como destino final a Cuba.
- No dia 15 de Março de 2017 soube-se que a sucursal em Antígua e Barbuda do banco canadiano Scotia Bank negou o serviço de câmbio de moeda local para dólares e vice-versa, assim como a extracção de dinheiro em Cuba utilizando cartões de débito desse banco aos colaboradores cubanos naquele país. Ao mesmo tempo, a instituição bancária rejeitou a abertura de contas pessoais ou cartões de débito ao pessoal da Embaixada de Cuba. O motivo alegado é que Cuba é um país sancionado e as transacções devem transitar por bancos estadunidenses.

4.3. Outras Afecções Extraterritoriais.

- A 11 de Julho de 2016, o banco estadunidense City Bank cancelou as transferências de pagamentos de serviços de Havanatur à linha aérea colombiana Avianca, e o banco espanhol Santander cancelou as transferências à empresa cubana Puro Tabaco, distribuidor exclusivo para Argentina, Uruguai e Chile da Corporação Havanos S.A. Ambos utilizaram como pretexto as sanções da OFAC.
- A companhia estadunidense PayPal reteve um pagamento de uma cidadã estadunidense porque na mensagem que o acompanhava estava escrita a palavra Cuba e isto podia constituir uma violação das regulações da OFAC. Igualmente, congelou a conta de um cliente que realizou um pagamento a um amigo por um charuto cubano adquirido no México, com a justificação de que estava a fazer promoção a transacções de bens proibidos pelo governo dos Estados Unidos.

Essa própria companhia cancelou os pagamentos de mais de 100 clientes que tentaram comprar uma entrada para a estreia em cinemas europeus do documentário “Havana Moon-The Rolling Stones Live in Cuba”, com a justificação de que na descrição da transacção se incluíam as palavras “Havana” ou “Cuba”, o que constituía uma violação das regulações da OFAC.

- No dia 2 de Setembro de 2016, o banco britânico Standard Chartered Bank cancelou uma conta em dólares estadunidenses do Embaixador de Gâmbia em Cuba, por ser um país sancionado sob as leis estadunidenses.
- A 7 de Setembro de 2016, a companhia holandesa de pagamentos electrónicos PayU cessou definitivamente as operações com todos aqueles clientes vinculados com Cuba e mencionou como causa da sua decisão as regulações da OFAC. Mais adiante esta companhia cancelou os serviços de passarela de pagamentos à agência Havanatur Argentina devido às regulações da OFAC e às constantes pressões recebidas pelas suas relações com Cuba.
- No dia 12 de Setembro de 2016, os bancos Commerzbank AG e Unicredit Banca Di Roma se negaram a receber dois pagamentos procedentes de uma conta do Ministério do Turismo (MINTUR) no Banco Financeiro Internacional S.A. destinados às empresas Kekoa Publishing de Itália e Air Berlin da Alemanha, por se tratar de uma transacção procedente de Cuba. As operações se realizaram em euros e estavam associadas à publicidade do turismo cubano nesses países.
- No dia 6 de Outubro de 2016, o National Commercial Bank Jamaica Ltd. pôs fim às transferências a Cuba da companhia jamaicana Caribbean Cable e da representação em Kingston de Aerogaviota, por decisão do banco intermediário em Canadá.
- A companhia europeia Eurosports cancelou o seu acordo com a companhia canadiana Brandworks para a transmissão da campanha publicitária “Autêntica Cuba” do MINTUR, devido a que Eurosports foi comprada por uma subsidiária da companhia estadunidense Discovery Channel e o seu departamento legal determinou que não

podiam proceder com o acordo devido às regulações da OFAC sobre Cuba.

- Em 26 de Outubro de 2016, o escritório em Miami da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) denegou a solicitação de inscrição à Agência Havanatur S.A. Argentina pelo facto da mesma encontrar-se na lista de Nacionais Especialmente Designados da OFAC.
- A 30 de Janeiro de 2017, a sucursal no México do banco espanhol Santander cancelou duas contas pertencentes à sucursal nesse país da empresa Cubana de Aviação S.A., por motivos relacionados com o bloqueio dos Estados Unidos a Cuba. Uma das contas operava em pesos mexicanos e a outra em dólares estadunidenses.
- Em Fevereiro de 2017, o banco argentino CREDICOOP rejeitou vários cheques depositados pela empresa Havanatur Argentina na conta da linha aérea AVIANCA, por causa do bloqueio.
- Em 10 de Fevereiro de 2017 soube-se que o banco BNP-Paribas se negou a aceitar transferências procedentes da Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA) dirigidas à companhia Cubana de Aviação-Paris, por motivo das regulações da OFAC.
- Os cidadãos britânicos não podem viajar a Cuba desde os Estados Unidos portando apenas o cartão de turista que o consulado de Cuba lhes expede no Reino Unido. O Governo estadunidense lhes exige comprar vistos a outras linhas aéreas desse país a preços mais elevados que se fizessem a viagem directamente desde o seu país de origem. Adicionalmente, os cidadãos britânicos se vêem obrigados a preencher o affidavit com as 12 categorias de viagens autorizadas sob licença geral da OFAC que apenas se deveria aplicar aos nacionais dos Estados Unidos.
- Os funcionários da Missão Permanente de Cuba perante as Nações Unidas sediada em Nova Iorque, viram-se impossibilitados de realizar compras em uma sucursal da companhia de vendas grossistas COSTCO, devido a que existe uma directiva da companhia que lhes proíbe oferecer serviços aos nacionais cubanos com vínculos com as suas sedes diplomáticas. Esta directiva, adicionalmente, instrui-lhes

cancelar a filiação dessas pessoas. A empresa actualizou esta directiva inclusive depois que o Presidente Barack Obama retirasse Cuba da lista de Estados patrocinadores do terrorismo internacional.

- A 2 de Junho de 2017 soube-se que a plataforma de aprendizagem on-line Future Learn, pertencente à instituição pública do Reino Unido, Universidade Aberta, bloqueou a participação de vários membros da Sociedade Cubana de Anestesiologia e Reanimação por encontrar-se Cuba na lista de países sob sanções dos Estados Unidos.
- No dia 7 de Junho de 2017, o banco equatoriano Produbanco cancelou as operações financeiras relacionadas com Cuba, devido à aquisição de novos interesses nos Estados Unidos por parte do Grupo Promérica (ao qual pertence Produbanco).
- Em 9 de Junho de 2017, a sucursal para Operações Financeiras da companhia de comércio electrónico Pagamento Fácil na Argentina cancelou um contrato e as operações relacionadas com a empresa Havanatur Argentina. A suspensão das operações se deve a uma instrução da casa matriz de Western Union, companhia à qual pertence Pagamento Fácil, que alegou a existência de um regime de sanções económicas contra Cuba por parte dos Estados Unidos.

V. REJEIÇÃO UNIVERSAL AO BLOQUEIO.

5.1. Oposição nos Estados Unidos.

Dentro da sociedade estadunidense continuam a crescer e a diversificar-se os sectores opostos à absurda política do bloqueio contra Cuba. O seu número tem-se multiplicado nos últimos anos, particularmente após o restabelecimento das relações diplomáticas entre ambos os países.

São muitas as vozes que se levantam no interior dos Estados Unidos a favor do cessar desta política, entre elas, organizações como CubaNow, criada em 2014 e Consortium e Engage Cuba, criadas em 2015 com o objectivo de atingir um melhoramento das relações bilaterais e o levantamento definitivo do bloqueio.

O trabalho desses grupos resulta cada vez mais activo e, na maioria dos casos, transcendem os âmbitos económico e social, e trabalham para influir politicamente nos ramos executivo e legislativo, tanto no Governo federal, quanto em vários estados individualmente. No caso da organização Engage Cuba tem estabelecido 16 conselhos estaduais em todo o território estadunidense.

A concretização de alguns negócios entre companhias estadunidenses e empresas cubanas constitui um exemplo concreto da crescente oposição ao bloqueio dentro dos Estados Unidos, o que se evidencia também nos resultados de diferentes sondagens realizadas por companhias tão prestigiosas como Pew Research, YouGov, a cadeia de televisão CBS News, o tanque-pensante The Atlantic Council ou o centro académico Flórida International University, entre outros.

Inclusive, conforme sondagens recentes nos Estados Unidos 73% dos estadunidenses apoia o levantamento do bloqueio, 63% dos cubanos residentes e 62% dos próprios republicanos. Favorecem a normalização dos vínculos bilaterais 75%, três quartos dos estadunidenses; 69% dos cubanos residentes e 62% dos republicanos.

A seguir aparecem alguns exemplos da oposição ao bloqueio nos Estados Unidos:

- Em 11 de Abril de 2016 a organização Engage Cuba criou o seu conselho estadual em Arkansas com o objectivo de promover os intercâmbios comerciais entre Cuba e esse estado, assim como para advogar pelo levantamento do bloqueio.
- No dia 11 de Abril de 2016 o representante republicano de Arkansas, Rick Crawford, declarou que a eliminação do pagamento por adiantado das exportações agrícolas é a melhor maneira para avançar na normalização de relações com Cuba.
- No dia 18 de Abril de 2016 a então Secretária de Comércio, Penny Pritzker, durante um almoço no Clube de Imprensa Nacional, assinalou que o isolamento a Cuba não funcionou, pelo que devia colocar-se à prova a tática do compromisso.

- A 18 de Abril de 2016 os representantes democratas de Nova Iorque, Flórida e Massachusetts, Rodney Davis, Ted Deutch, Bill Keating e os republicanos de Geórgia, Rob Woodall, Austin Scott e Tom Graves defenderam que poderiam ser utilizadas várias rotas aéreas para viajar a Cuba.
- Em 10 de Maio de 2016 o senador democrata de Pensilvânia, Robert Casey, afirmou que “é tempo para que se adiantem maiores passos para estreitar os laços com o povo cubano, começando por autorizar a liberdade de viagens de estadunidenses a Cuba”.
- No dia 26 de Maio de 2016 a Coligação de Agricultura dos Estados Unidos para Cuba (USACC) e o Grupo Empresarial Agrícola de Cuba (GEA), formalizaram um memorando de entendimento para promover o mercado de produtos alimentares e agrícolas entre os dois países.
- A 1ro de Junho de 2016 o então Secretário de Agricultura, Tom Vilsack, expressou que na medida em que se estabeleçam ligações entre ambos os países, o argumento político para eliminar o bloqueio se fortalecerá e finalmente se chegará a um ponto em que haverá apoio suficiente no Congresso para ultrapassar a resistência à sua eliminação.
- Em 27 de Junho de 2016 o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos enviou uma nota ao jornal *El Nuevo Herald* comunicando que a OFAC não considera que a autorização para que os viajantes estadunidenses em Cuba utilizem cartões de crédito contravenha o disposto na secção 103 da Lei Helms-Burton, que proíbe as transacções com propriedades nacionalizadas.
- A 7 de Julho de 2016 o senador republicano de Arizona Jeff Flake, através de uma nota de imprensa do seu gabinete, apontou que era o momento para que o Congresso eliminasse as restrições às viagens de estadunidenses a Cuba.
- Nos dias 7 de Julho e 2 de Agosto de 2016, Engage Cuba anunciou a criação do seu Conselho Estadual em Idaho e Colorado, respectivamente, com o objectivo de promover negócios entre Cuba e esses estados, e assim contribuir ao levantamento do bloqueio e ao processo rumo à normalização das relações entre ambos os países.

- Em 18 de Agosto de 2016 o candidato presidencial do Partido Libertário, Gary Johnson, expressou que “apoia as mudanças que Obama implementou na política para com Cuba e compreende os difíceis sentimentos da comunidade cubano-americana”. Acrescentou também, que “a melhor forma para promover a mudança em Cuba é oferecer-lhe o livre comércio”.
- A 24 de Agosto de 2016 o Senado do estado de Califórnia aprovou um projecto de Resolução Conjunta instando o Congresso dos Estados Unidos a apoiar a iniciativa do Presidente Obama de normalizar as relações diplomáticas com Cuba e avançar na legislação para ajudar a incrementar o comércio com a Ilha.
- No dia 17 de Setembro de 2016 o jornal *The Miami Herald* publicou um editorial onde comenta a sondagem realizada pela Universidade Internacional da Flórida (FIU, pelas suas siglas em inglês), que revelou que mais da metade da comunidade de origem cubana de Miami se declarou em contra das restrições do bloqueio.
- A 27 de Setembro de 2016 o senador republicano de Arkansas John Boozman, na sua conta em Twitter, mencionou o benefício que reportaria uma mudança na política para com Cuba para os agricultores de arroz de Arkansas e do resto do país, devido à importância do arroz como um alimento básico na dieta cubana.
- A 28 de Setembro de 2016 a candidata pelo Partido Democrata, Hillary Clinton, em um artigo publicado em *El Nuevo Herald*, mencionou a necessidade de que os Estados Unidos apoie o povo cubano, em vez de voltar às políticas do passado; enumerou alguns dos passos que o presidente Obama deu para normalizar a relação com Cuba e se comprometeu a trabalhar com o Congresso para completar esse esforço.
- No dia 14 de Outubro de 2016 o presidente Obama emitiu uma Directiva Presidencial de Política relativamente a Cuba na qual se reconhece que o bloqueio é uma política falida e são instruídos os Departamentos e Agências do Governo dos Estados Unidos para avançarem rumo à normalização das relações com Cuba.

- Em 14 de Outubro de 2016, Carlos Gutiérrez, presidente do Conselho Empresarial Estados Unidos-Cuba da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, emitiu uma declaração em que congratulou as novas emendas às regulações do bloqueio contra Cuba e a Directiva Presidencial de Política para com Cuba, assinada pelo presidente Obama.
- A 26 de Outubro de 2016 o então vice assessor de Segurança Nacional para Comunicações Estratégicas, Ben Rhodes, declarou no seu web site oficial e na sua conta de Twitter, que os Estados Unidos se absterão pela primeira vez na resolução da AGNU que solicita o fim do embargo a Cuba, porque não há razão para votar em defesa de uma política falida, à qual se opõe esse país.
- No dia 26 de Outubro de 2016 a então embaixadora dos Estados Unidos perante a ONU, Samantha Power, anunciou na Assembleia-Geral que o seu Governo se absteria na votação da resolução de Cuba contra o bloqueio e declarou que esta política isola os Estados Unidos.
- A 26 de Outubro de 2016 o meio de imprensa estadunidense Político Pro publicou um editorial que ressaltou a ampla e diversa repercussão que teve a abstenção dos Estados Unidos na votação contra o bloqueio na AGNU.
- A 27 de Outubro de 2016, Ben Rhodes, em uma entrevista via Facebook Live desde a página de CNN, reconheceu que o Governo dos Estados Unidos se nega a defender a sua própria legislação com relação ao bloqueio no plano internacional por considera-la fracassada e apoiou a decisão de abster-se pela primeira vez, após 24 votações anuais da AGNU.
- De 31 de Outubro até 4 de Novembro de 2016, participaram na Feira Internacional de Havana (FIHAV 2016) aproximadamente 93 companhias estadunidenses e mais de 230 executivos, chefiados pelo ex-secretário de Comércio, Carlos Gutiérrez. Também participaram 4 delegações estaduais e outras associações empresariais.

- No dia 4 de Novembro de 2016, no âmbito de FIHAV, o presidente da organização Engage Cuba, James Williams, declarou que até que o Congresso não levante totalmente o embargo, as companhias estadunidenses estarão realmente à margem dos competidores estrangeiros que avançam no crescente mercado de Cuba.
- A 5 de Dezembro de 2016 os representantes republicanos de Minnesota e Arkansas, Tom Emmer e Rick Crawford, respectivamente, junto dos democratas da Flórida e de Califórnia, Kathy Castor e Barbara Lee (D-CA), e outros membros do Grupo de Trabalho sobre Cuba na Câmara de Representantes, enviaram uma carta ao presidente eleito Donald Trump para solicitar-lhe que apoie a restauração dos vínculos comerciais com Cuba.
- No dia 5 de Dezembro de 2016 a empresa de sondagens Pew Research divulgou um inquérito em que se mostra que 75 por cento dos adultos nos Estados Unidos aprovam o restabelecimento das relações com Cuba e que 73 por cento apoiam o fim do bloqueio.
- A 15 de Dezembro de 2016 o ex vice assessor da Casa Branca Ben Rhodes, em entrevista a MSNBC, expressou que se o novo Governo do Presidente eleito revertesse a política para com Cuba não só seria uma decisão errada, mas que também provocaria a rejeição de muitas instituições diferentes nos Estados Unidos.
- Em 30 de Janeiro de 2017, Engage Cuba criou o seu Conselho Estadual no estado de Virgínia para promover os vínculos com Cuba e a eliminação das restrições comerciais impostas contra o nosso país.
- No dia 5 de Fevereiro de 2017 o representante republicano de Minnesota, Tom Emmer, assinalou a importância da normalização das relações comerciais entre os Estados Unidos e Cuba. Acrescentou que os seus esforços se concentram em educar os membros do Congresso e o presidente Trump sobre os benefícios económicos e de segurança nacional que teria o levantamento do bloqueio a Cuba.

- No dia 22 de Fevereiro de 2017 o jornal *Pittsburgh Post-Gazette* publicou um editorial no qual ressalta a viagem de uma delegação de 65 pessoas da cidade de Pittsburgh a Cuba, com o propósito de explorar oportunidades nas esferas dos negócios, a cultura e o turismo.
- A 28 de Fevereiro de 2017 o senador republicano de Kansas, Jerry Moran, apresentou um projecto de lei para levantar o bloqueio a Cuba. Em uma entrevista à imprensa apontou que “Cuba fica a só 90 milhas da nossa fronteira, pelo que é um mercado natural para os agricultores e criadores de gado da nossa nação. Em um momento em que precisamos mais mercados do que nunca, a suspensão do embargo e a abertura de Cuba aos produtos agrícolas estadunidenses ajudaria a aumentar as exportações, criar novos empregos e fazer crescer a economia dos Estados Unidos”.
- Em 10 de Março de 2017 o representante Rick Crawford (R-AR) realizou uma Chamada Nacional (nationwide call) na qual respondeu perguntas de homens de negócios e agricultores sobre os negócios com Cuba e na qual salientou o amplo apoio bipartidário do sector agrícola ao levantamento do bloqueio contra Cuba.
- A 14 de Março de 2017 a Coligação Agrícola dos Estados Unidos para Cuba realizou uma declaração na qual “apoia firmemente a Lei de Comércio com Cuba e congratula o senador Moran pela sua liderança no avanço de oportunidades críticas de crescimento para a agricultura dos Estados Unidos”. Acrescentou que “esperamos que este projecto de lei seja aprovado no Senado dos Estados Unidos para que possamos iniciar o trabalho de estabelecer relações comerciais completas com Cuba”.
- A 19 de Março de 2017 o Presidente da Associação Nacional de Produtores de Trigo apoiou a legislação do senador republicano de Kansas, Jerry Moran, para levantar o bloqueio e expressou que o embargo tinha fracassado, portanto era tempo de estabelecer um comércio aberto com Cuba.

- Em 23 de Março de 2017 o nomeado para Secretário de Agricultura do Governo de Donald Trump, Sonny Perdue, durante a sua audiência de confirmação, declarou que “durante uma visita a Cuba em 2010 soube que o nosso país carecia de capacidade de pagamento e tinha restrições para o financiamento, pelo que apoiaria os esforços para que Cuba obtivesse produtos dos Estados Unidos, no caso em que existisse financiamento privado para as referidas operações.”
- A 28 de Março de 2017 o representante James Comer (R-KY) publicou um artigo no jornal de “The Gleaner” onde expressou que depois da sua visita a Cuba apoia o levantamento do bloqueio e o seu interesse em que esse tema seja uma prioridade no seu trabalho.
- Em 30 de Março de 2017 o Conselho da Cidade de Hartford, capital do estado de Connecticut, adoptou uma resolução em que insta o presidente Donald Trump e o Congresso dos Estados Unidos a pôr término ao bloqueio a Cuba. A resolução exige também o levantamento das restrições que impedem aos cidadãos estadunidenses a viajar livremente a Cuba.
- No dia 4 de Abril de 2017, James Williams, director da organização Engage Cuba, expressou que líderes do American Farm Bureau, a Câmara de Comércio dos E.U.A. e legisladores republicanos alentaram o presidente Trump a mudar “a falida política de embargo” a Cuba, e que se for alargado o comércio com Cuba, isso produziria milhares de empregos nos E.U.A.
- A 6 de Junho de 2017 o Senado estadual de Michigan adoptou uma resolução para instar e solicitar ao Congresso dos E.U.A. o desenvolvimento e melhoramento das relações comerciais com Cuba.
- No dia 12 de Junho de 2017 os senadores Amy Klobuchar (D-MN), Chris Murphy (D-CT), Dick Durbin (D-IL), Debbie Stabenow (D-MI), Sheldon Whitehouse (D-RI), Elizabeth Warren (D-MA), Al Franken (D-MN), Brian Schatz (D-HI), Michael Bennet (D-CO), Jon Tester (D-MT), Patrick Leahy (D-VT), Rob Wyden (D-OR), Claire McCaskill (D-MO) e Jeanne Shaheen (D-NH) enviaram uma carta aberta ao Secretário de Estado, Rex Tillerson, na qual advogaram pela manutenção e a expansão dos vínculos económicos e políticos com Cuba, e a eliminação do bloqueio.

- Em 16 de Junho de 2017 o vice-presidente executivo e chefe de Assuntos Internacionais da Câmara de Comércio dos E.U.A., Myron Brilliant, publicou um comunicado em que reafirma o compromisso desse grémio com a eliminação da “antiquada política” do bloqueio contra Cuba.
- No dia 16 de Junho de 2017 o director executivo da Associação Americana para o Avanço das Ciências (AAAS), Rush Holt, publicou um comunicado da organização no qual se expressou a preocupação pelo anúncio de política do presidente Trump para com Cuba e reafirmou o seu compromisso com o intercâmbio de conhecimento científico entre os dois países.
- Em 16 de Junho de 2017 a vice-presidente executiva para Política Pública da Associação de Educadores Internacionais, Jill Welch, publicou um comunicado que qualificou de prejudicial a mudança de política para com Cuba, considerou o bloqueio como uma política antiquada e falida, e instou o Congresso a eliminar permanentemente as restrições de viagem e comércio com o nosso país.

5.2. Oposição da comunidade internacional.

A nível internacional, a oposição ao bloqueio tem um carácter universal. Continuam a crescer os cenários nos quais são adoptados comunicados especiais e declarações que exigem pôr término a esta política. A seguir se relacionam alguns exemplos:

- Durante o debate geral correspondente ao 71 período de sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Setembro de 2016, 39 chefes de delegações, incluídos 21 Chefes de Estado ou de Governo, pronunciaram-se a favor do levantamento do bloqueio.
- A 26 de Outubro de 2016 a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou, por vigésimo quinta ocasião consecutiva, a resolução titulada “Necessidade de pôr término ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”, por 191 votos a favor e 2 abstenções, Estados Unidos e Israel.

No debate sobre a resolução participaram 42 oradores de todas as regiões do planeta, que solicitaram o levantamento imediato do bloqueio. Entre eles, destacaram 7 representantes de grupos de concertação e organizações regionais e sub-regionais, a saber: o Grupo dos 77 mais China, o Movimento de Países Não Alinhados, a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos, a Comunidade das Caraíbas, o Grupo Africano, a Organização da Cooperação Islâmica e a Associação de Nações do Sudeste Asiático.

- Em 13 de Setembro de 2016, no marco do 33º período ordinário de sessões do Conselho de Direitos Humanos foram denunciados os efeitos negativos do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba e se fez um apelo para a sua total eliminação. Mais de 30 países em desenvolvimento, para além do Movimento de Países Não Alinhados, a Organização para a Cooperação Islâmica, o Grupo Africano e o Grupo Árabe, entre outros, intervieram no Diálogo Interactivo com o Relator Especial sobre as repercussões negativas das medidas coercitivas unilaterais no desfrute dos direitos humanos.
- Durante a XVII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Movimento de Países Não Alinhados, celebrada nos dias 17 e 18 de Setembro de 2016, na Ilha Margarita, Venezuela, vários chefes de delegações se pronunciaram em contra do bloqueio a Cuba. Venezuela anunciou os onze compromissos que impulsará como presidente do Movimento, entre os quais está trabalhar para pôr término ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba.
- A 23 de Setembro de 2016 os Ministros de Relações Exteriores do Grupo dos 77 mais China rejeitaram mais uma vez a aplicação do bloqueio contra Cuba e a imposição de medidas coercitivas unilaterais contra países em desenvolvimento, na sua Declaração Ministerial. O texto foi adoptado na 40ª Reunião Ministerial anual do Grupo, realizada no âmbito do 71º período de sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova Iorque.

- A XXV Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, celebrada em Cartagena de Índias, Colômbia, nos dias 28 e 29 de Outubro de 2016, acordou um Comunicado Especial sobre a necessidade de pôr término ao bloqueio, incluída a Lei Helms-Burton, reiterando “a rejeição mais enérgica à aplicação de leis e medidas contrárias ao direito internacional”. Fez-se um apelo ao Presidente dos Estados Unidos para tomar as medidas dentro das suas faculdades no intuito de pôr término a esta política. O Comunicado também reitera a “preocupação e rejeição ao recrudescimento da dimensão extraterritorial do bloqueio, bem como à crescente perseguição às transacções financeiras internacionais de Cuba”.
- No dia 27 de Outubro de 2016 a XLII Reunião Ordinária do Conselho do Sistema Económico Latino-americano (SELA), reunida em sessão ministerial na República Bolivariana da Venezuela, aprovou a Declaração “Fim do bloqueio económico, comercial e financeiro dos Estados Unidos contra Cuba”, em que se solicita ao Governo dos Estados Unidos que cumpra com as resoluções da Assembleia-Geral da ONU sobre o tema.
- A V Cimeira da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), celebrada em Ponta Cana, República Dominicana, em 25 de Janeiro de 2017, ratificou na sua Declaração Política, “o apelo ao Governo dos Estados Unidos para que, sem condicionamentos, ponha fim ao bloqueio...”. Além disso, adoptou um Comunicado Especial em que, entre outros elementos, reitera-se o apelo ao Presidente dos Estados Unidos “a adoptar todas as medidas que estiverem dentro das suas faculdades executivas para modificar substancialmente a aplicação do bloqueio contra Cuba”. Destaca o seu apelo “ao Congresso dos Estados Unidos para proceder” à eliminação do bloqueio.
- Por oitava ocasião consecutiva, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA), na XXVIII Cimeira da Organização, celebrada a 31 de Janeiro de 2017 em Adis Abeba, Etiópia, solicitaram o levantamento do bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba. Ao mesmo tempo, os mandatários instaram o Presidente dos Estados Unidos a que leve em conta os resultados positivos alcançados nas relações bilaterais entre ambos os países nos últimos anos.

- A Declaração da V Reunião de Ministros de Relações Exteriores CARICOM – CUBA, adoptada a 11 de Março de 2017, reafirmou “o apelo aos Estados Unidos para que, sem condicionamentos, ponha fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro que impõe a Cuba há mais de cinco décadas”. O texto também expressa “profunda preocupação e rejeição à dimensão extraterritorial do bloqueio, assim como à perseguição às transacções financeiras internacionais de Cuba”, e insta “ao Presidente dos Estados Unidos, a que utilize as suas amplas faculdades executivas para modificar substancialmente a aplicação do bloqueio, e ao Congresso desse país a proceder à sua eliminação.”

No período analisado, o web site <http://www.cubavsbloqueio.cu/> tem registadas mais de 200 declarações e denúncias contra o bloqueio por parte de movimentos de solidariedade, associações de amizade e de cubanos residentes no exterior, diversas organizações não-governamentais e os Governos municipais ou provinciais em diversos países.

A estas denúncias juntam-se os pronunciamentos realizados por diversos parlamentos, partidos políticos e personalidades governamentais e intelectuais. A seguir, ressaltamos alguns exemplos:

- No dia 25 de Junho de 2016, durante uma visita oficial a Cuba, o presidente do septuagésimo período de sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), Exmo. Sr. Mogens Lykkesoft, afirmou que o bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba enfrenta hoje a esmagadora rejeição da comunidade internacional, e fez referência à necessidade de eliminar essa medida restritiva que Washington aplica à Ilha.
- Em 19 de Julho de 2016, os integrantes da XXVII Caravana da plataforma inter-religiosa Pastores pela Paz reiteraram a sua rejeição ao bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba, e exigiram o fim imediato dessa política. Gail Walker, directora executiva de Pastores pela Paz, durante uma visita a Cuba, reclamou também à Casa Branca a devolução à soberania cubana do território que ocupa ilegalmente a base naval de Guantánamo, no oriente da Ilha, assim como o cessar das tentativas de subverter o processo revolucionário que defende Cuba.

- No dia 8 de Agosto de 2016 soube-se que no quadro das Olimpíadas Rio 2016, o Comité Carioca de Solidariedade com Cuba realizou uma campanha visual pelo fim do bloqueio a Cuba. Com a autorização do Comité Olímpico Internacional, foram colocadas propagandas nos autocarros de transportação de atletas e espectadores dos jogos Olímpicos, com uma mensagem que expressava: “Pelo fim do Bloqueio a Cuba”.
- A 10 de Setembro de 2016, na França, durante a tradicional festa de L'Humanité, o director do jornal francês L'Humanité e também eurodeputado, Patrick Le Hyaric, exigiu o fim do bloqueio económico, comercial e financeiro imposto a Cuba pelos Estados Unidos, um cerco que qualificou de criminoso e injusto.
- Em 15 de Setembro de 2016 o Senado da República Dominicana aprovou uma resolução de rejeição ao bloqueio imposto pelos Estados Unidos a Cuba. No texto da resolução o Senado dominicano aponta que a Assembleia-Geral das Nações Unidas pronunciou-se em contra do bloqueio a Cuba, o que foi implementado através da denominada Lei Helms Burton de 1996, que violenta os princípios do Direito Internacional vigente e os princípios da Organização Internacional de Comércio.
- No dia 17 de Setembro de 2016, durante a visita oficial a Cuba, o presidente de Mongólia, Exmo. Sr. Tsakhiagiin Elbegdorj, expressou que o bloqueio imposto pelos Estados Unidos a Cuba não faz nenhum sentido e criticou essa política unilateral.
- A 17 de Setembro de 2016 as organizações da emigração cubana que em Miami integram a Coligação Aliança Martiana, realizaram uma importante caravana de autos para reiterar a sua exigência pelo imediato levantamento de todas as leis e regulações que conformam a cruel e desumana política de bloqueio.
- A 26 de Setembro de 2016 em entrevista oferecida a *Prensa Latina*, o então chanceler equatoriano, Guillaume Long, qualificou de injusto, ilegítimo e tresnoitado o bloqueio estadunidense contra Cuba e advogou pelo seu levantamento. Afirmou que “Cuba goza absolutamente de todo o apoio do Equador (...) que junto do seu

presidente, Rafael Correa, sempre tem estado bem firme na rejeição ao bloqueio”.

- No dia 26 de Setembro de 2016 a Associação Mães da Praça de Maio de Argentina emitiu um comunicado em que “repudia e condena o bloqueio assassino que os Estados Unidos impõe sobre Cuba e que produz múltiplos danos e dificuldades ao povo.” Nessa emotiva mensagem as Mães da Praça de Maio convidaram “a todos os cidadãos do mundo a condenar o bloqueio e a expressar-se nesse sentido para que seja conhecida a rejeição mundial a esta medida.”
- Em 28 de Setembro de 2016, durante a sua visita oficial a Cuba, o Exmo. Sr. Pakalitha Bethuel Mosisili, Primeiro-Ministro do Reino de Lesoto, disse que continuarão advogando pelo levantamento do bloqueio que impõe o Governo dos Estados Unidos contra Cuba.
- Em 5 de Outubro de 2016 por ocasião da visita oficial a Uganda do Vice-presidente do Conselho de Estado da República de Cuba, Salvador Valdés Mesa, a Presidenta do Parlamento ugandês, Honorável Sra. Rebecca Kadaga, condenou as sanções impostas a Cuba pelo Governo dos Estados Unidos há mais de cinquenta anos, exigindo enfaticamente o levantamento do bloqueio económico, comercial e financeiro.
- A 11 de Outubro de 2016 a Câmara de Deputados do México se pronunciou pela eliminação do bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba. Na sua declaração instou o governo mexicano a defender esta postura perante a Assembleia-Geral das Nações Unidas, e se dirigiu ao Congresso dos Estados Unidos para que ponha fim à política de cerco contra a ilha caribenha.
- Em 14 de Outubro de 2016 a Assembleia Nacional do Equador aprovou uma resolução em solidariedade com Cuba e em demanda do cessar do bloqueio económico, comercial e financeiro que mantém o Governo dos Estados Unidos contra Cuba. Para além de manifestar a sua solidariedade com o povo cubano, o documento expressou que se bem existe um processo de restabelecimento de relações entre Cuba e os Estados Unidos, “enquanto o bloqueio se mantiver e essa ocupação (Base Naval dos Estados Unidos em Guantánamo) continuar, não haverá normalidade nesses compromissos”.

- No dia 19 de Outubro de 2016, em uma carta aberta, o académico russo Zhorés Alfiórov, Prémio Nobel de Física 2000, pronunciou-se contra o bloqueio que mantêm os Estados Unidos a Cuba. Na sua carta o destacado cientista expressou: “Administração dos EEUU, sejam dignos continuadores das tradições democráticas do seu país, cessem o bloqueio contra Cuba e a ocupação de Guantánamo!”
- A 19 de Outubro de 2016, em um discurso a propósito do 70º aniversário da Casa de América Latina em Paris, o então presidente da França, Exmo. Sr. François Hollande, advogou pelo fim do bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba e estimou que essa política não faz nenhum sentido na actualidade. O mandatário expressou a rejeição a esse cerco económico, comercial e financeiro “que faz sofrer ao povo cubano”.
- No dia 20 de Outubro de 2016 a Federação Mundial de Juventudes Democráticas (FMJD) convocou a todas as suas organizações membros a se somarem à campanha internacional contra o injusto bloqueio que há mais de cinco décadas impõe o Governo estadunidense ao povo cubano, e que mantêm, inclusive, após o restabelecimento das relações diplomáticas entre ambas as nações. Condenou resolutamente essa política unilateral dos Estados Unidos para com Cuba, a que “deverá ser eliminada sem condicionamentos nem dilacões”.
- Em 21 de Outubro de 2016 o Parlamento de Portugal aprovou por unanimidade uma resolução que demanda o cessar do prolongado bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba. O texto instou ao governo português a defender perante a Assembleia-Geral das Nações Unidas o fim desse cerco económico, comercial e financeiro imposto à Ilha.
- Em 24 de Outubro de 2016, desde a sede das Nações Unidas em Nova Iorque, o perito independente do Conselho de Direitos Humanos para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, Alfred de Zayas, qualificou de escandalosa a extraterritorialidade do bloqueio estadunidense contra Cuba. Em entrevista com *Prensa Latina*, o experto declarou que em algum momento um tribunal deveria decidir o tema das compensações à

Ilha, perante os danos causados pelo cerco, os quais estão na ordem dos milhares e milhares de milhões de dólares.

- A 25 de Outubro de 2016 foi aprovada pelo Parlamento da Jamaica, por oitava ocasião consecutiva, uma moção que apela ao levantamento do bloqueio económico, comercial e financeiro contra Cuba. Com a participação de parlamentares dos dois partidos jamaicanos mais importantes, por mais de uma hora se intercambiou sobre essa criminosa política que os Estados Unidos têm imposto contra a maior das Antilhas há mais de 50 anos.
- A 26 de Outubro de 2016 o Conselho da Federação Russa (senado russo) aprovou por unanimidade, uma resolução de condenação ao bloqueio imposto pelos Estados Unidos contra Cuba por mais de meio século. A presidenta do senado russo, Valentina Matvienko, em alusão ao cerco económico, comercial e financeiro exercido por Washington expressou: “Já é hora de eliminar o bloqueio contra o valente povo cubano”.

CONCLUSÕES

O bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos contra Cuba se recrudescer e se aplica com todo o rigor. Esta política continua a ser o principal empecilho para o desenvolvimento da economia cubana e o desfrute pleno de todos os direitos humanos do povo cubano.

As medidas de fortalecimento do bloqueio anunciadas pelo governo do presidente Donald Trump em 16 de Junho de 2017, afectarão e prejudicarão não apenas ao povo cubano, mas também aos cidadãos e entidades dos Estados Unidos, cujas possibilidades de concertar negócios com pessoas e empresas em Cuba, e de exercer o seu direito constitucional de viajar livremente ver-se-ão ainda mais restringidos.

O temor dentro do sector bancário estadunidense e de terceiros países a desenvolver relações com Cuba persiste, mesmo quando está autorizado o uso do dólar estadunidense nas transacções financeiras internacionais da Ilha. Ao fechar este relatório, ainda não se tinha concretizado nenhuma transacção significativa nessa moeda.

No período foi evidenciado um aumento das negativas de instituições financeiras e bancárias estrangeiras a relacionar-se com Cuba. Isso se traduziu no cessar de operações, o fechamento de contas cubanas no exterior e a rejeição de transferências desde ou para Cuba, inclusive em moedas diferentes do dólar estadunidense.

O prejuízo económico ocasionado ao povo cubano pela aplicação do bloqueio económico, comercial e financeiro dos Estados Unidos contra Cuba, considerando a depreciação do dólar face ao valor do ouro no mercado internacional, atinge os **822 mil 280 milhões de dólares** . A preços correntes, durante todos esses anos, o bloqueio provocou prejuízos por mais de **130 mil 178,6 milhões de dólares.**

Este relatório coloca de manifesto que o bloqueio económico, comercial e financeiro não é uma questão bilateral entre os Estados Unidos e Cuba. O seu carácter extraterritorial se mantém e se aplica com todo o rigor, com total impunidade e em franca violação do Direito Internacional.

O bloqueio contra Cuba deve cessar. É o sistema de sanções unilaterais mais injusto, severo e prolongado que tem sido aplicado contra país algum. Em 25 ocasiões a Assembleia-Geral das Nações Unidas se pronunciou, por esmagadora maioria, a favor do respeito ao Direito Internacional e o cumprimento dos Princípios e Propósitos da Carta da Organização.

O Governo dos Estados Unidos deve eliminar totalmente o bloqueio a Cuba de forma unilateral e incondicional. Isso estaria em consonância com o reclamo indiscutível da comunidade internacional e com a opinião amplamente maioritária de muitas e variadas vozes que dentro dos Estados Unidos solicitam o cessar desta injusta política.

Cuba e o seu povo confiam em que contarão com o apoio da comunidade internacional no seu legítimo reclamo de pôr término ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelo governo dos Estados Unidos da América.

Tradução Oficial

EQUIPO DE SERVICIOS DE TRADUCTORES E INTÉRPRETES